

psi

jornal de psicologia



crp sp

número 157 • set | out • 2008



2008

ano da
educação
no sistema
conselhos

Editorial | DIA DO PSICÓLOGO: UM OLHAR PARA FORA

Envolvidos em diversas áreas de atuação de interesse social, psicólogos dão uma contribuição concreta para a solução de problemas em áreas como Educação, Saúde Mental, Direitos da Criança e do Adolescente, Sistema Prisional e Questões de Gênero.

03

Opinião | COMO NOSSOS FILHOS

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) chegou aos 18 anos. Na bagagem, um olhar novo sobre a forma de compreender e de abordar as mais diversas situações de violência a que crianças e adolescentes se acham sujeitos.

04

Interior | ECA GANHA EXPOSIÇÃO ITINERANTE

Exposição “Maioridade do ECA: contribuindo com a luta pelo respeito aos direitos das crianças e dos adolescentes” percorre sedes do CRP SP.

05

Nuestra America Latina | INDO ALÉM DO ECA

Rosa Maria Ortiz, vice-presidente do Comitê dos Direitos das Crianças da ONU, fala da importância da Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente para o Brasil e para a América Latina.

06

Questões Éticas | UM CASO DE INDUÇÃO

Análise avalia caso no qual psicólogo, buscado para promover processo psicoterapêutico com paciente, lhe ensinou como ministrar “passe” em si próprio.

07

Políticas Públicas | O DIREITO DE SABER

Mesmo com a forte oposição dos conglomerados de mídia, a Classificação Indicativa da Programação Televisiva vira lei e traz proteção para crianças e adolescentes brasileiros.

08

Mural | EM DEBATE, A PSICOLOGIA E A MÍDIA

O Núcleo de Mídia e Psicologia do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo promove os Midiálogos, ciclo de encontros para provocar trocas de idéias e experiências sobre as relações entre a Mídia e a Psicologia.

Ciência e Profissão | OBESIDADE É ÁREA EM DESENVOLVIMENTO

Cresce o número de psicólogos nas equipes de atendimento a pacientes de cirurgias da obesidade. Desafio é buscar articulação com os demais profissionais e estabelecer protocolos e padrões de atendimento.

10

Capa | UM LUGAR NA EDUCAÇÃO

No ano da Educação no sistema Conselhos, debate “Psicologia: Profissão na Construção da Educação para Todos” se propõe a avaliar o lugar da Psicologia na Educação a partir de quatro eixos temáticos.

12

Formação | OS DIREITOS HUMANOS NA FORMAÇÃO DOS PSICÓLOGOS

Com debates *online*, projeto “Direitos Humanos no Ensino de Psicologia” coloca em pauta a cultura de Direitos Humanos no ensino e na formação em Psicologia.

16

Psicologia e Esporte | EM BUSCA DE CONJUNTO

A falta de uma preparação psicológica consistente teve um papel importante no modesto desempenho brasileiro nas Olimpíadas de Pequim. Para especialistas, é preciso aproximar mais a Psicologia e o esporte.

18

Estante | “Psicodrama Brasileiro – Histórias e Memórias”, “Cuidado Paterno e Enfrentamento da Violência” e “Psicologia Cultural da Mídia” são alguns dos lançamentos editoriais na área de Psicologia que integram a seção Estante.

19

Idoso | ESTATUTO AVANÇA COM DIFICULDADE

Cinco anos depois de sua criação, Estatuto do Idoso contabiliza conquistas, mas avança de forma lenta. Soluções ainda são insuficientes para o tamanho e a complexidade do problema.

20

Direitos Humanos | PELO FIM DA VIOLÊNCIA

Campanha Nacional de Direitos Humanos dos Conselhos de Psicologia se posiciona contra a violência na repressão a movimentos sociais; nos locais de prisão e de isolamento e contra manifestações de intolerância à diversidade cultural, sexual e racial.

21

Conversando com o Psicólogo | O PAPEL DO SINDICATO

O CRP SP recebe um grande número de consultas sobre questões da área sindical. Aqui, um esclarecimento do papel do sindicato e respostas para algumas das perguntas mais frequentes.

23

Um mundo melhor é possível | MOVIMENTOS SOCIAIS E PSICOLOGIA

A psicanalista Maria Rita Kehl fala de sua experiência com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a psicóloga Magda Gebrim avalia os encontros de cultura popular com integrantes de movimentos sociais.

24



Conselho Regional de Psicologia SP

PSI Jornal de Psicologia CRP SP é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP SP, 6ª Região

Diretoria

Presidente | Marilene Proença Rebello de Souza
Vice-presidente | Maria Ermínia Ciliberti
Secretária | Andréia De Conto Garbin
Tesoureira | Carla Biancha Angelucci

Conselheiros efetivos

Andréia De Conto Garbin, Carla Biancha Angelucci, Elda Varanda Dunley Guedes Machado, José Roberto Heloani, Lúcia Fonseca de Toledo, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes, Maria Cristina Barros Maciel Pellini, Maria de Fátima Nassif, Maria Ermínia Ciliberti, Maria Izabel do Nascimento Marques, Mariângela Aoki, Marilene Proença Rebello de Souza, Patrícia Garcia de Souza, Sandra Elena Sposito, Vera Lúcia Fasanella Pompílio

Conselheiros suplentes

Adriana Eiko Matsumoto, Beatriz Belluzzo Brando Cunha, Carmem Sílvia Retondando Taverna, Fabio Silvestre da Silva, Fernanda Bastos Lavarello, Leandro Gabarra, Leonardo Lopes da Silva, Lilihan Martins da Silva, Luciana Mattos, Luiz Tadeu Pessutto, Lumena Celi Teixeira, Maria de Lima Salum e Moraes, Oliver Zancul Prado, Sílvia Maria do Nascimento, Sueli Ferreira Schiavo

Gerente-geral Diógenes Pepe

Comissão de Comunicação

Coordenadora | Maria de Fátima Nassif
Membros | José Roberto Heloani, Lumena Teixeira, Oliver Zancul Prado, Sílvia Maria do Nascimento, Sueli Ferreira Schiavo

Realização Ziroldo Carolino Comunicação
(11) 3637-0339 - 3637-0340

Jornalista Responsável Carlos Carolino (MTb 13.559)
Reportagem Angela Ziroldo, Carlos Martins, Natalia Flach, Priscila Sílvia
Arte Ligia Minami

Impressão Impres Companhia Brasileira de Impressão e Propaganda

Tiragem 55.000 exemplares

Periodicidade bimestral

Sede CRP SP

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
cep 05410-020 São Paulo SP
tel. (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306

E-mails

Atendimento | atendimento@crpsp.org.br
Diretoria | direcao@crpsp.org.br
Centro de Orientação | orientacao@crpsp.org.br
Administração | admin@crpsp.org.br
Comunicação | jornal@crpsp.org.br
Site | http://www.crpsp.org.br

Subsedes CRP SP

Assis | tel. (18) 3322 6224, 3322 3932
Bauru | tel. (14) 3223 3147, 3223 6020
Campinas | tel. (19) 3243 7877, 3241 8516
Ribeirão Preto | tel. (16) 3620 1377, 3623 5658
Grande ABC | tel. (11) 4436 4000, 4427 6847
Baixada Santista e Vale do Ribeira | tel. (13) 3235 2324, 3235 2441
São José do Rio Preto | tel. (17) 3235 2883, 3235 5047
Vale do Paraíba | tel. (12) 3631 1315

Dia do psicólogo: um olhar para fora

O CRP SP desenvolveu uma ampla programação cultural para marcar 27 de agosto, Dia do Psicólogo. A principal atividade foi a exibição, ao longo da semana, de filmes cujos temas estão, de alguma forma, ligados à nossa atuação profissional. As apresentações foram seguidas de debates que permitiram levar aos participantes um olhar sobre os múltiplos papéis da Psicologia e do psicólogo em áreas como Educação, Saúde Mental, Direitos da Criança e do Adolescente, Sistema Prisional, Gênero e outras. Esta e outras ações – como a distribuição dos postais publicitários, divulgando as campanhas desenvolvidas pelo CRP SP, tiveram como objetivo principal fazer com que o Dia do Psicólogo fosse um acontecimento predominantemente voltado para a sociedade, ampliando a compreensão do nosso trabalho e valorizando o nosso fazer.

Dar visibilidade à atuação dos psicólogos é um aspecto de extrema importância. Ao longo da última década desenvolvemos uma atuação mais próxima à realidade social. Nossos projetos passaram a se orientar, de forma cada vez clara, por uma visão crítica alicerçada no respeito aos direitos humanos, na diminuição das desigualdades, na denúncia de situações nas quais o ser humano esteja sendo desconsiderado e humilhado.

Nessa trajetória, alcançamos um novo patamar quando, mais do que apontar os problemas, passamos a buscar formas de contribuir para a sua solução. Nosso envolvimento com a formulação de políticas públicas – evidenciado, entre outros fatos, pela criação do CREPOP, o Centro de Referência em Políticas Públicas em Psicologia – é um indicador dessa evolução. Apoiar e reconhecer tais ações tornam-se fatores decisivos para evoluirmos nesse caminho.

O salto de qualidade apontado acima e o compromisso com a formulação de políticas públicas tornaram evidente a importância da construção de referências para a atuação do psicólogo. Isso tem um reflexo direto sobre a atuação de um Conselho como o nosso. Na condição de autarquia, o CRP SP, assim como as demais entidades integrantes do sistema Conselhos, é responsável por orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de psicólogo. O desenvolvimento dessas referências é essencial no sentido de oferecer indicações que permitam aos profissionais balizar a sua atuação. A divulgação disso também o é: o Estado, as instituições e a sociedade precisam saber o que esperar do profissional de Psicologia.

Grandes avanços já foram feitos nesse sentido. Recentemente tivemos referências estabelecidas nos campos da Saúde do Trabalhador e da Assistência Social. Há uma lacuna, contudo, a ser preenchida na área da Educação. Como é sabido, 2008 foi apontado para ser o Ano da Educação no sistema Conselhos e o lançamento dessa campanha ocorreu exatamente no dia 27 de agosto. Nos próximos meses, estaremos debatendo questões envolvendo temas como educação inclusiva, políticas educacionais, instituições escolares e educacionais, além do ensino da Psicologia no Ensino Médio.

Nós acreditamos que esse mergulho nas diversas atividades nas quais o trabalho do psicólogo se faz presente permitirá que a sociedade reconheça, cada vez mais, a contribuição que temos a dar. Para que isso se torne uma realidade, é fundamental que você participe das atividades do CRP SP. É por meio dela que faremos a nossa profissão cada vez mais respeitada.

MARILENE PROENÇA REBELLO DE SOUZA | Presidente CRP SP

Postais mostram campanhas do CRP-SP: visibilidade às ações desenvolvidas pelos psicólogos.

Depoimentos, apresentações de filmes e debates marcaram o Dia do Psicólogo em São Paulo: um olhar sobre os múltiplos papéis da Psicologia.



como nossos

Aos 18 anos, o ECA leva a sociedade brasileira a encarar a situação de crianças e adolescentes com um novo olhar.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completou 18 anos este ano. Previsto no artigo 227 da Constituição Brasileira de 1988, que marcou o fim do período autoritário no país, foi uma conquista cujos efeitos mexem profundamente com a sociedade brasileira. “O ECA veio estabelecer direitos como o acesso à educação e os cuidados com a saúde desde o pré-natal e regulamentar as situações nas quais pode ocorrer o trabalho dos adolescentes”, diz Maria Luiza Moura Oliveira, psicóloga que, atualmente representando o Conselho Federal de Psicologia, está na presidência do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Segundo ela, o ECA foi também responsável por fazer com que a sociedade brasileira passasse a olhar de frente para as mais diversas situações de violência a que crianças e adolescentes se acham sujeitos.

Os exemplos se multiplicam. Por inspiração do ECA, uma série de legislações, portarias e ações concretas têm sido debatidas e adotadas na busca de soluções. A constituição de Conselhos Tutelares nos municípios; a implantação de serviços como o Disque 100, para receber denúncias de abuso e exploração sexual e a portaria do Ministério da Justiça que instituiu a classificação indicativa para programas de televisão (leia na página 8) são indicadores desse avanço.

Segundo a pedagoga e ativista pelos direitos da criança e do adolescente, Irandi Pereira, o alcance do ECA e seus reflexos sobre a sociedade brasileira vão além de um mero

conjunto de medidas de proteção. Irandi explica que antes da Constituição de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente havia no Brasil duas categorias de crianças e adolescentes: os filhos incluídos e integrados socialmente, aos quais se reservava a denominação de “crianças e adolescentes” e os filhos dos pobres e excluídos, tratados pela expressão “menores” aos quais se destinava a antiga lei, baseada no “direito do menor” e sua doutrina da situação irregular. Para estes últimos, criou-se uma política na qual os “menores” eram objetos da tutela do Estado, sob o arbítrio do sistema de Justiça. “Essa política fomentou a criação e a proliferação de grandes reformatórios, internatos, casas do trabalho (*work houses*) como ainda nos traz a lembrança o sistema FEBEM, onde ocorria toda a sorte de violações dos direitos humanos”, diz Irandi. “Uma estrutura deformada, que deixou uma herança perversa, difícil de ser desconstruída.”

A partir da Constituição de 1988 e do ECA, todas as crianças brasileiras, sem distinção de raça, classe social ou qualquer forma de discriminação, ganharam a condição de “sujeitos de direitos”. O ECA não foi, assim, uma política para os mais pobres, “para os filhos dos outros”. “Quando se traz essa idéia de que o Estatuto é para todas as crianças, indistintamente, rompe-se com um paradigma há muito estabelecido”, diz Irandi.

Ainda hoje, apesar dos 18 anos do ECA, é comum presenciarmos as seguintes situações: se o ato infracional grave é cometido por adolescentes das camadas sociais mais altas, a explicação do fato é que “ele é apenas uma criança”; se cometido o mesmo ato por adolescentes das camadas populares, ele é “menor e delinquente” e as leis precisam ser mais rígidas. Essas situações, contudo, podem, em outro contexto, levar à mobilização pela redução da maioridade penal. O que o Estatuto fez, nesse sentido, foi colocar em cheque essa diferença de tratamento e deixar claro que todos têm os mesmos direitos e que a todos devem ser dadas oportunidades de inclusão.

AVANÇOS E DESAFIOS – O simples fato de levar a sociedade a olhar para a criança e o adolescente, a debater problemas e soluções sob uma nova forma, já bastaria para atestar o sucesso do ECA. Nesses 18 anos, contudo, houve uma série de avanços concretos de grande importância.

A começar pela própria academia que, de acordo com Irandi, passou a produzir uma quantidade significativa de estudos sobre a questão da criança e do adolescente de forma transdisciplinar, muitos dos quais preocupados em gerar um tipo de conhecimento capaz de ser usado no cotidiano.

A criação dos Conselhos Municipais de Direitos de Crianças e Adolescentes é outra conquista nesses 18 anos de ECA. Hoje já existem no Brasil 5.100 desses conselhos. Tipicamente compostos por representantes do governo local e de organizações da sociedade civil, eles são responsáveis por elaborar e deliberar políticas para crianças e adolescentes, em acordo com a legislação da área. Por não estarem vinculados hierarquicamente a outras instâncias, os Conselhos Municipais apresentam, entre outras, a vantagem de evitar a “prefeiturização” de políticas, isto é, que as políticas por ele decididas acabem incorporadas a feitos desta ou daquela administração.

Ao mesmo tempo, contabilizam-se hoje 4.880 Conselhos Tutelares no país. Formados por cinco representantes eleitos por voto direto ou em assembleias, eles têm a função de fiscalizar e encaminhar denúncias referentes a situações nas quais os direitos de crianças e adolescentes não estejam sendo respeitados. Um Conselho Tutelar pode, por exemplo, tomar medidas no sentido de obrigar o município a oferecer vagas em escolas públicas para crianças em idade escolar.



filhos

Tudo isso, contudo, não oculta o fato de que há uma tarefa enorme pela frente. “A simples criação de conselhos tutelares não muda o fato de que os brasileiros ainda precisam incorporar a cultura de participação nos destinos da vida pública, ou seja, não é apenas na hora do voto que sua participação pode e deve ocorrer”, observa Irandi. Para ela, o tamanho do desafio é de tal ordem que serão necessárias gerações para que se possa concretizar tudo aquilo que o ECA propõe.

Entre as muitas carências a serem vencidas, a principal, segundo Irandi, é a formação dos diversos profissionais que atuam na área, em particular na dos autores de ato infracional. “A formação continuada e multidisciplinar é a pedra de toque para que possamos avançar na questão da criança e do adolescente”, diz. Outros problemas a serem atacados são a Educação Infantil – 28%

de crianças entre 4 e 6 anos de idade estão fora da escola no Brasil –; e as crianças deixadas em abrigos – são cerca de 80 mil vivendo em instituições, por motivos que vão da exploração no trabalho à exploração sexual, passando por aquelas abandonadas pelos pais, em função de falta de condições econômicas.

O balanço, de qualquer forma, é considerado positivo por aqueles que se encontram empenhados na questão. “O Estatuto é um divisor de águas, cujo marco jurídico e social resulta no reconhecimento da criança e do adolescente em sua condição de ser humano e sujeito social”, diz Maria Luiza Moura Oliveira. “Ao colocar os direitos da população infanto-juvenil inscritos na agenda contemporânea dos Direitos Humanos, o ECA inaugurou um novo paradigma ético-político e jurídico na sociedade brasileira.” ●

INDICADORES

Alguns indicadores ajudam a dar uma visão sobre a situação de crianças e adolescentes e sobre as iniciativas destinadas a garantir seus direitos. Veja a seguir:

EDUCAÇÃO

- 98% das crianças estão matriculadas no Ensino Fundamental. Em 1990, esse índice era de 79%;
- 72% de crianças entre 4 e 6 anos estão na escola de educação infantil.
- 81,7% é a taxa de atendimento no Ensino Médio.

SAÚDE

- 44% foi o percentual de queda da mortalidade infantil, de 1996 para 2006. A taxa de mortalidade é de 22 para cada mil nascidos vivos (a média mundial é de 72 para mil);
- 99,2% das mulheres grávidas, que vivem em áreas urbanas, realizam pelo menos uma consulta pré-natal; na área rural esse índice é de 96,4%, segundo o Ministério da Saúde.

TRABALHO

- 5,1 milhões de crianças e adolescentes, com idades entre 5 e 17 anos, trabalhavam no Brasil, em 2006, sendo 2,1 milhões em atividades agrícolas.

CONSELHOS

- 5.100 é o número de Conselhos Municipais de Direitos de Crianças e Adolescentes;
- 4.880 é o número de Conselhos Tutelares no Brasil em 2006, segundo levantamento pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), da Presidência da República;
- 88% dos municípios brasileiros dispõem de Conselho Tutelar, segundo o levantamento da SEDH.

AUTORES DE ATOS INFRACIONAIS

- 15 mil adolescentes encontravam-se privados de liberdade em 2006, 28% a mais do que em 2002;
- 685 encontravam-se em cadeias públicas;
- 60% dos internos eram negros;
- 80% pertenciam a famílias com renda de até dois salários mínimos;
- 40% não ofereciam atendimento educacional adequado;
- 52% não possuíam ambulatório de saúde.

(Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE)

→ interior



exposição itinerante mostra trabalhos sobre o eca

O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP) está promovendo a exposição “Maioridade do ECA: contribuindo com a luta pelo respeito aos direitos das crianças e dos adolescentes”. Trata-se de uma mostra montada com base em cartazes, fotos e frases sobre a temática dos direitos da criança e do adolescente, utilizados em campanhas promovidas pelo CRP SP.

O principal objetivo é dar visibilidade às questões de defesa da infância e da juventude. Três conjuntos de reproduções dos materiais foram montados com o objetivo de garantir exposições simultâneas, que deverão se estender até o mês de novembro. Assim, enquanto um dos conjuntos ficar exposto na sede do CRP SP (fotos), os dois outros estarão circulando pelas oito sub-sedes do Conselho, no Interior de São Paulo. Os trabalhos também podem ser vistos no site do CRP SP e deverão ganhar exposição em outros espaços públicos, atingindo a sociedade de maneira ampla.

As primeiras exposições foram realizadas nas cidades de Ribeirão Preto e Santo André, na região do ABCD. Em Ribeirão, a mostra aconteceu no teatro do Colégio Marista e em Santo André, na Casa da Palavra, na região central da cidade. A coordenadora Sueli Ferreira Schiavo, da Subseção do Grande ABC do CRP SP, conta que a exposição durou duas semanas, recebeu repercussão na mídia local e atraiu um amplo número de visitantes.

Em São Paulo também foi feita uma exposição na Biblioteca “Dante Moreira Leite”, no Instituto de Psicologia da USP. ●

Rosa Maria Ortiz, vice-presidente do Comitê dos Direitos das Crianças da Organização das Nações Unidas (ONU), esteve no Brasil em julho. O objetivo da visita foi reforçar a importância da Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente junto ao governo e à sociedade civil. Paraguaia, com uma larga atuação em educação popular, Rosa Maria Ortiz é a única latino-americana do Comitê. Em São Paulo, participou de uma roda de conversa com jovens em Interlagos e de um seminário na Secretaria de Estado da Educação, organizado por diversas entidades: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP), Associação Nacional dos Centros de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (ANCED), Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Interlagos (CEDECA Interlagos), Fórum Estadual DCA (FEDDCA), Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente (CONDECA-SP), Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e Juventude (ABMP), Conselho Regional de Assistência Social (CRESS/SP) e Secretaria de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania. Na entrevista a seguir, Rosa Maria Ortiz fala sobre a Convenção, o ECA e a situação de crianças e jovens na América Latina.

indo além do eca



FOTO: DOUGLAS MANSUR - NOVOMOVIMENTO

P – Qual o papel do Brasil na luta internacional pelos direitos das crianças e dos adolescentes?

Rosa Ortiz – O ECA surgiu em 1990, justamente no momento em que nascia a Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. O Brasil foi, assim, o primeiro país da América Latina a dispor de uma legislação sobre o tema e serviu de referência para as demais legislações que surgiram no continente. O país cumpriu, portanto, um papel muito significativo, ao indicar para os latino-americanos o caminho para uma legislação respeitosa aos direitos dos meninos e meninas.

P – Na sua avaliação, o ECA tem cumprido o seu papel?

Rosa Ortiz – O ECA tem se mostrado de grande importância nesses 18 anos, mas há, naturalmente, muito a ser feito. Muita gente pode perguntar por que a sociedade civil brasileira precisa se ocupar da Convenção da ONU se o Brasil já tem o ECA. Minha resposta é que o respeito aos direitos requer uma mobilização permanente e que a Convenção, por sua dimensão política internacional, é um recurso muito valioso para ser desperdiçado. Infelizmente, não é isso que tem acontecido. Desde que se tornou signatário, o Brasil deveria ter apresentado um primeiro relatório sobre a situação das crianças e adolescentes dois anos após a assinatura do acordo e novos relatórios a cada cinco anos. O primeiro relatório, contudo, só foi entregue em 2002, depois de muitas pressões, e só agora, em

2008, o país está em vias de entregar o segundo relatório ao Comitê.

P – Qual a importância de um relatório como este? Que questões são avaliadas?

Rosa Ortiz – Há uma lista de temas para controlar os Estados. O Comitê acompanha, por exemplo, se já há legislações específicas no país sobre crianças e adolescentes; se já foram criadas varas da infância e da juventude e em quantidade suficiente; em quanto está a mortalidade infantil; como está o acesso à educação; que programas existem para dar apoio a famílias. É uma espécie de boletim escolar. Esses relatórios são avaliados pelo Comitê que os devolve com recomendações sobre as coisas que precisam melhorar.

P – Como são feitos esses relatórios?

Rosa Ortiz – Um relatório como esse deve ouvir o que os governos têm a dizer, mas não pode, por motivos óbvios, ouvir apenas os governos. Daí a importância da participação da sociedade civil no sentido de trazer até nós uma visão crítica a respeito da situação das crianças e adolescentes. Três meses antes de encontrarmos com o Governo, temos um encontro com representantes da sociedade civil e fazemos com eles uma prévia do que vamos questionar o Governo. Nós também recebemos relatórios de todos os organismos das Nações Unidas que estão aqui, como Unicef, Unesco, OMS, que nos ajudam a formar um quadro antes de conversar com o Governo.

um caso de indução

P – O Brasil demorou anos para entregar seu primeiro relatório. O que foi feito?

Rosa Ortiz - Este comitê via o Brasil com muita preocupação porque era um dos dez países no mundo que não cumpria esta determinação, depois de haver sido o primeiro país a ter seu Estatuto. Mandamos várias cartas até que o Brasil foi avisado que, se não apresentasse o relatório, o comitê iria avaliar os direitos das crianças só com a sociedade civil e os outros organismos.

P – Como a senhora vê a situação do Brasil, hoje, em relação à criança e ao adolescente?

Rosa Ortiz – Penso que o Brasil vive um momento crítico em relação à questão da criança e do adolescente. O ECA muitas vezes sofre críticas por questões que, no fundo, estão ligadas à falta de sua aplicação completa. Isso, algumas vezes, produz a percepção de que a culpa de determinadas situações, tais como a existência de crianças de rua ou adolescentes autores de ato infracional, é do Estatuto. E, aí, surgem propostas como a de rebaixar a idade penal, que são absurdas. Há uma visão muito jurídicista em torno dessas questões.

P – O Estado brasileiro está dando a importância necessária a esse tema?

Rosa Ortiz – Penso que a Subsecretaria da Infância, ligada à Secretaria Especial de Direitos Humanos, precisaria ter mais força e visibilidade para realmente impulsionar em todo o país os direitos das crianças. Estive em Brasília durante a comemoração dos 18 anos do ECA e fiquei surpresa pelo fato de que as pessoas do Governo mais diretamente ligadas ao tema não estavam presentes nas mesas e sim na platéia. Creio, também, que é preciso fortalecer os universos de coordenação. Há muitas iniciativas, porém há pouca articulação.

P – Há quanto tempo a senhora está no Comitê e como é o seu trabalho?

Maria Ortiz – Sou membro do Comitê há 6 anos. Cada mandato no Comitê tem duração de quatro anos e eu estou, portanto, no meu segundo mandato. O Comitê se reúne três vezes por ano em Genebra, em janeiro, maio e setembro, para avaliar os relatórios e fazer as recomendações. Moro em Assunção, mas boa parte do meu tempo passo em viagens pela América Latina, mantendo contato com governos e entidades.

P – Fora do Brasil, como está a situação das crianças e jovens na América Latina?

Maria Ortiz – A grande maioria dos países da América Latina adequou sua legislação à Convenção. Ainda assim, há debilidades programáticas e de coordenação, o que conspira contra a aplicação dos direitos das crianças. Por sua vez, esse é um chamado a uma mobilização permanente, nacional e regional, com o objetivo de fixar pautas irreversíveis e avançar no cumprimento de todos os direitos, de todas as crianças da América Latina. A violência que elas sofrem, acontece por falta de políticas públicas adequadas e específicas. ●

Psicólogo foi buscado para promover processo psicoterapêutico com paciente e lhe ensinou como ministrar “passe” em si próprio. Por esse motivo, o paciente acabou por ingressar com representação contra o profissional.

Na situação colocada, o psicólogo chegou a comunicar ao paciente que ambos teriam experimentado um determinado convívio em uma vida passada, como também seria de outra vida a pessoa com quem o paciente se envolveria afetivamente. O profissional aconselhou seu paciente a buscar um “médico espiritual” para tratar problemas orgânicos.

O Código de Ética Profissional do Psicólogo prevê que:

Art. 2º - Ao Psicólogo é vedado:

e) induzir a convicções políticas, filosóficas, morais ou religiosas, quando do exercício de suas funções profissionais;

n) estabelecer com a pessoa do atendido relacionamento que possa interferir negativamente nos objetivos do atendimento;

Baseado nestes referenciais, que a legislação impõe cumprir, entendeu-se que o psicólogo incorreu em infração ética por manifestar, no exercício profissional, suas crenças religiosas, induzindo o atendido a, de algum modo, partilhar de suas convicções e ainda utilizou dessas concepções religiosas como premissas para subsidiar suas observações e ações na relação terapêutica.

Algo importante de se destacar é que toda intervenção de um psicólogo deve basear-se em concepções e referenciais teóricos precisos, que a Psicologia sustente em seu campo epistemológico. Ainda mais, espera-se que o psicólogo tome o cuidado ético de considerar suas ações, sob este ponto de vista, e que não venha a persuadir, tampouco impor suas convicções ideológicas ou filosófico-religiosas ao usuário de seus serviços.

Nessa relação, há que se considerar que as intervenções do psicólogo precisam ser construídas à luz do domínio teórico-científico que detenha e com o qual conduza sua prática. Nessa interação, o profissional não pode lançar mão, tão só, de suas convicções idiossincráticas para, a partir delas, influenciar seu atendido, em que pese o psicólogo entender que sua fundamentação teórica ou a falta desta, ambas, sempre incidirão sobre o seu ofício.

Nesse sentido, o psicólogo jamais poderá ignorar que suas convicções privadas interferirão em sua prática, caso ele, ingenuamente, não as reconheça e não as filtre pelos recortes teórico-epistemológicos que possua. Toda vez que o psicólogo atue, alijado dessa clareza, estará sujeito a incorrer em indução no exercício profissional.

* Resolução CFP N.º 002/1987 - Código de Ética vigente até 26/08/2005.

(Artigos da Resolução CFP N.º 010/2005 - Código de Ética vigente a partir de 27/08/2005 relacionados ao tema exposto: Art. 2º “b”; “j”).

** Todo Processo Ético é julgado a partir do Código de Processamento Disciplinar - Resolução CFP 006/07 (Código de Processamento Disciplinar), disponível no site: www.crp.org.br - item “legislação”.

PENALIZAÇÃO ÉTICA

O Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região, em cumprimento à decisão protocolada no Processo Ético CFP/SP n.º 1851/07, faz divulgar a pena de CENSURA PÚBLICA ao psicólogo

por:

- atendimento em consultório particular, com finalidade lucrativa, de pessoa que já se encontrava em atendimento por ele em instituição pública;
- elaborar Boletim de Ocorrência, mencionando aspectos da história clínica da cliente para fins de resguardo de interesses próprios (psicólogo), extrapolando limites necessários em sua proteção enquanto cidadão.

Pelo exposto, caracteriza-se infração aos seguintes artigos do Código de Ética Profissional do Psicólogo (*): Artigo 1º alínea “c”, Artigo 2º alínea “c” e Artigo 21º.

O Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região, em cumprimento à decisão protocolada no Processo Ético CFP n.º 3608/06, faz divulgar a pena de SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (trinta) DIAS, à psicóloga

por:

- Ter apresentado cartão com divulgação dos serviços de Psicologia, associando-a práticas não reconhecidas pela ciência psicológica;
- Ter utilizado-se de sensacionalismo, sugerindo soluções imediatas, como “faça Psicoterapia em 48hs ao invés de sofrer anos de vida”, gerando expectativa equivocada em relação ao serviço prestado e à prática psicológica, distorcendo a imagem da profissão diante da sociedade;
- Não ter feito referência, em suas divulgações, de seu número de inscrição profissional.

Pelo exposto, caracteriza-se infração aos seguintes artigos do Código de Ética Profissional do Psicólogo (*): Artigo 1º alínea “c”, Artigo 37º alínea “c” e Artigo 38º alíneas “d”, “e” e “i”.

*Resolução CFP N.º 002/1987 - Código de Ética vigente até 26/08/2005.

o direito de **sabe**



A Classificação Indicativa da Programação Televisiva, desde abril, tornou-se uma realidade para todo o país. Uma medida de proteção para todas as crianças e adolescentes brasileiros, sem exceção. Saiba mais sobre essa vitória que, ainda assim, custou a perda de um meridiano e de um fuso horário aos brasileiros.

Em abril, a sociedade brasileira obteve mais um avanço no processo de formulação de políticas públicas. Com seu enorme poder, fazendo-se presente em 95% dos lares brasileiros, as emissoras de TV há anos vinham conseguindo postergar a adoção de normas que regulassem a exibição de alguns conteúdos de suas grades de programação a determinadas faixas de horários. Depois de mais de três anos de intensas discussões e de sucessivos adiamentos, entrou em vigor a portaria 1220/07, do Ministério da Justiça, que estabelece a classificação indicativa para a programação exibida na televisão.

Prevista na Constituição – que determina que espetáculos públicos e programação de rádio e de TV devem trazer informações sobre a sua natureza, as faixas etárias às quais não são recomendadas e locais e horários inadequados de apresentação – e no Estatuto da Criança e do Adolescente, a classificação indicativa enfrentou inimigos poderosos. A forte campanha desencadeada pelos concessionários de radiodifusão acusava a classificação indicativa de ser uma forma de censura e de cerceamento à liberdade de expressão.

Não é assim que as dezenas de entidades e demais organizações da sociedade civil, entre as quais o Conselho Federal de Psicologia e o CRP SP, que participaram das discussões e apoiaram a sua formulação, vêem a questão. A classificação indicativa é uma norma constitucional que não pode ser de forma alguma associada à censura. O Estado tem a obrigação de apontar aos pais e outros responsáveis quais conteúdos são apropriados ou inadequados para certas faixas etárias, assegurando a liberdade de escolha da família e o direito das crianças.

“Para que os pais possam definir o que os seus filhos devem assistir é necessário que o

Estado cumpra o seu papel de informar”, diz o psicólogo Ricardo Moretzsohn, representante do Conselho Federal de Psicologia na coordenação da campanha *Quem financia a baixaria é contra a cidadania*, da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. “A classificação indicativa torna-se, por isso, um instrumento democrático e relevante de proteção aos direitos das crianças e adolescentes, ao mesmo tempo em que se procura estimular sua exposição a conteúdos de qualidade.”

Essa questão tão clara esbarra, entretanto, nos interesses comerciais dos empresários de comunicação, que rejeitam qualquer interferência do Estado e de controle social nos seus negócios. “As emissoras de rádio e TVs operam como concessões públicas temporárias. Em nome da sociedade, o Estado concede essas outorgas pelo prazo de 15 anos. Apesar disso, esses grandes grupos se recusam a evitar qualquer regulação sobre sua programação, rechaçando tais tentativas como formas de censura – o que não é”, explica Moretzsohn.

“Diante do poder imenso das concessionárias de televisão e do grande rol de abusos cometidos por elas, a portaria que regulamenta a classificação indicativa foi uma pequena vitória, mas emblemática, em favor da sociedade”, diz Moretzsohn. “A elaboração dessa política se deu de uma forma muito transparente e democrática. Para sua formulação foram ouvidos todos os atores sociais envolvidos e, como sempre ocorre quando o Estado regula por meio da consulta à sociedade, todos saíram ganhando.”

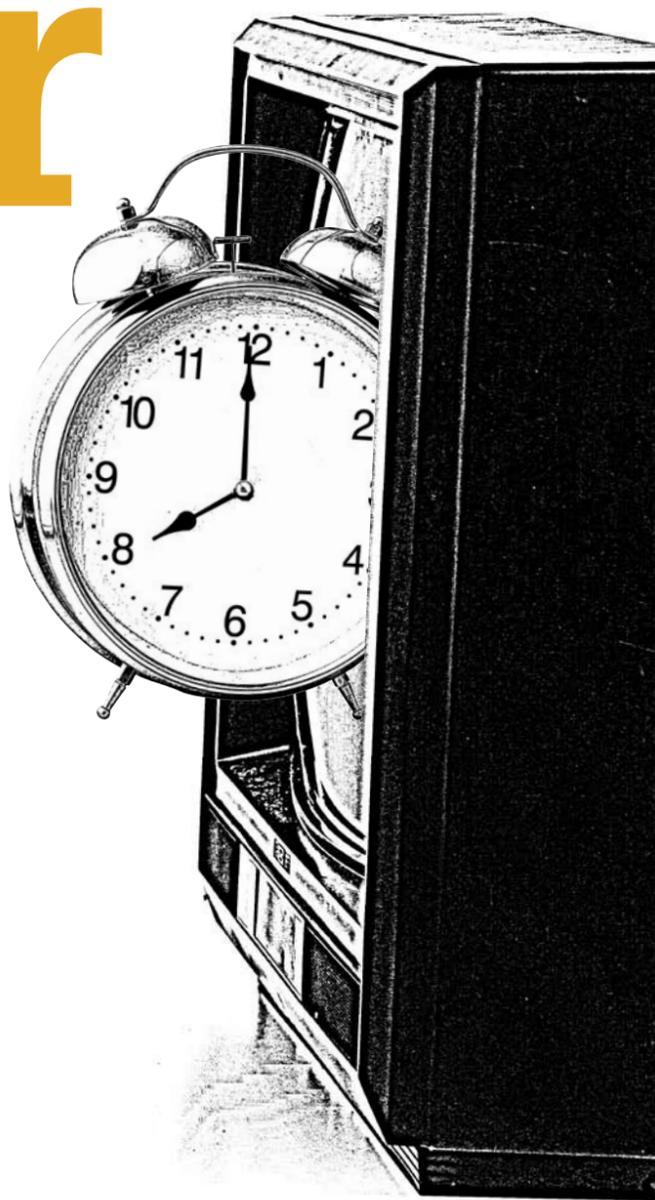
O processo que culminou com a publicação da portaria 1220/07 teve início em 2005, com a criação, pelo Ministério da Justiça, de um grupo de trabalho sobre o tema que teve a participação de representantes das empresas de televisão, do Ministério Público

Federal e de diversas organizações da sociedade civil. “Desse grupo saíram as diretrizes para a consulta pública que contou com uma das maiores participações – mais de 10 mil pessoas – mostrando como esse tema sensibiliza as pessoas e como elas percebem e se preocupam com a força que a televisão tem nas nossas vidas e na formação de crianças e jovens”, diz Moretzsohn, que participou do grupo de trabalho.

PRESSÕES – Em julho de 2006, o Ministério da Justiça publicou a nova portaria para o cinema, mas a norma para a televisão passou a ter sucessivos adiamentos. Pressionado por intensa campanha articulada pelos concessionários de comunicação, o Ministério de Justiça só publicaria essa portaria um ano depois, em julho de 2007. Confirmando o enorme poder das concessionárias de TV, todas as regras passaram a valer imediatamente – exceto o parágrafo que estabelece que, nas regiões com fusos horários diferentes do de Brasília, as faixas horárias de exibição de determinados conteúdos devem seguir o horário local.

Foram concedidos adiamentos sucessivos, que se estenderam até 7 abril de 2008, para que os concessionários pudessem adaptar suas grades de programação. Ou seja: por cerca de nove meses, as crianças do Acre (com duas horas a menos em relação ao horário de Brasília e três horas a menos, durante o horário de verão); do Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rondônia, Roraima (com uma hora a menos com relação ao horário de Brasília e duas horas a menos durante o horário de verão) – e mesmo do Nordeste, Amapá e Tocantins (que, embora com o mesmo fuso, têm horário diferenciado pelo horário de verão) não tiveram reconhecidos os seus direitos e continuaram expostas à programação não recomendável.

r



“Felizmente, desde o dia 7 de abril isso deixou de ocorrer e, por exemplo, a novela das 21 horas não será mais exibida no verão, às 18 horas”, diz Moretzsohn. Detalhe: para evitar mudanças maiores na grade de programação das emissoras, o Senado Federal aprovou, no dia 12 de abril, um projeto de lei que alterou o fuso horário do Norte do país, igualando o fuso do Pará ao de Brasília; e o do Acre e de parte do Amazonas ao do restante da Região Norte. Além dos estados do Acre e do Pará, 46 cidades do Amazonas foram atingidas pelo projeto. “Hoje, em vez de quatro fusos horários vigentes no país, temos apenas três. Em todo caso, na lógica da classificação indicativa, não existe nenhuma programação sendo exibida no território nacional que esteja fora do horário.”

Convém acrescentar que a mudança de fuso horário, se ajudou as empresas de TV a resolver o problema da programação, resultou, contudo, em mudanças de hábito da população. A população infantil é a que mais sofrerá impacto porque terá de acordar uma hora mais cedo para ir à escola, o que pode ter reflexos até mesmo sobre a sua saúde.

Agora, segundo Moretzsohn, falta avançar mais, discutindo outros pontos importantes da democratização da comunicação social, como os critérios para a renovação de outorgas de concessões de rádio e TV, a veiculação da produção regional, a convergência tecnológica e o monopólio dos meios de comunicação. Esses temas poderão ser discutidos dentro de uma Conferência Nacional de Comunicação. “Por meio de conferências, é possível estabelecer uma grande discussão, envolvendo governo, empresários e entidades da sociedade civil organizada, que começa em nível municipal, até chegarem à nacional. ●

às crianças, não!

Projeto de lei que proíbe a publicidade dirigida a crianças e adolescentes foi aprovado na Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara Federal.

Em outro front, na Câmara Federal, trava-se atualmente outra batalha visando normatizar a publicidade dirigida a crianças. Desde 2001, tramita o Projeto de Lei 5.921/01 de autoria do deputado federal Luiz Carlos Hauy. Ao texto original, a psicóloga e deputada federal Maria do Carmo Lara apresentou um substitutivo. Seu argumento foi que, embora a Constituição Federal, o Código de Defesa do Consumidor, o Estatuto da Criança e do Adolescente e até mesmo o Código Brasileiro de Auto-Regulamentação Publicitária do Conar (Conselho Nacional de Auto-regulamentação Publicitária) apontem princípios, “eles são insuficientes para normatizar essa questão, pois é preciso determinar da forma o mais exata e precisa possível o que é e o que não é permitido fazer em publicidade dirigida à criança e ao adolescente”.

O substitutivo ganhou o apoio de dezenas de entidades, entre as quais o CFP, e de organizações da sociedade civil. Em apoio à proposta, o CFP pediu parecer a Yves de La Taille, professor da USP e referência em Psicologia do Desenvolvimento da Infância. Segundo o professor, como as crianças de até 12 anos não dispõem de todas as ferramentas intelectuais que lhe permitam compreender o real, a publicidade tem maior possibilidade de induzi-las ao erro e à ilusão. “As crianças não têm, os adolescentes não têm a mesma capacidade de resistência mental e de compreensão da realidade que um adulto e, portanto, não estão com condições de enfrentar com igualdade de força a pressão exercida pela publicidade no que se refere à questão do consumo”, escreveu neste parecer.

Para a psicóloga Roseli Goffman, conselheira do CFP e representante da entidade na executiva do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, a categoria tem protagonizado as discussões que envolvem as discussões sobre o marco legal para a Comunicação Social porque o tema afeta diretamente o psicólogo, não importa em que área ele atue.

“Onde quer que esteja, e mesmo sem perceber, o psicólogo é diretamente atingido pelo que é veiculado nos meios de comunicação. Quando um anúncio explora o desejo de uma criança por um boneco, impondo a condição de que ela consuma sanduíches ou bolachas para obtê-lo, isso poderá se refletir em altos índices de obesidade infantil, gerando graves problemas de auto-estima em crianças e jovens”, afirma. O reverso da medalha, segundo ela, também acontece: “a exposição repetida de corpos padronizados, anoréticos, parametrizados pela mesma mídia hegemônica, também resulta em quadros graves de saúde pública.”

Por esse motivo, diz Roseli, é importante construir marcos regulatórios, mesmo diante da resistência oferecida pelos oligopólios da mídia. “Eles constituem grupos de pressão muito fortes dentro do Congresso e têm um poder de discurso em rede nacional que não pode ser regulado apenas pelo mercado”, diz. “É necessário o contraponto representado pelos movimentos sociais,

propondo a construção de uma cidadania que não seja tão regulada pelo consumo”.

UM MERCADO DE 50 BI – “As crianças brasileiras estão submetidas a uma dose diária enorme de todo tipo de propaganda, veiculada nos horários de programas infantis. Trata-se de um mercado atraente para as empresas – só no Brasil, o mercado de produtos infantis movimenta mais de 50 bilhões de reais – e, é justamente nos horários dos programas infantis que as propagandas para esse público mais aparecem” explica Isabella Henriques, coordenadora geral do Projeto Criança e Consumo, do Instituto Alana, uma das entidades que têm se empenhado na aprovação deste Projeto de Lei.

Segundo ela, além de a criança não ter condições de distinguir o que é ou não propaganda, os pais não têm força suficiente para lidar com uma indústria tão poderosa e tão rica como a da propaganda. “É uma disputa muito desnivelada em termos de força e que, em lares menos privilegiados, provoca sobre os pais uma forte pressão de consumo por produtos supérfluos e nem sempre saudáveis, em detrimento de básicos.”

Vários países adotam normas restritivas à propaganda com o objetivo de proteger o público infantil. Na Itália, são proibidos anúncios de quaisquer produtos ou serviços durante a exibição de desenhos. Na Grécia, a proibição de anúncios dirigidos a crianças se estende das 7 às 22 horas. Na Suécia, é proibido todo e qualquer anúncio de produtos e serviços endereçados à criança de menos de 12 anos. “Por isso, o projeto de lei representa um passo importante na discussão do tema consumismo infantil pela sociedade”, afirma Isabella Henriques.

Em julho último, o texto da deputada Maria do Carmo foi aprovado na Comissão de Defesa do Consumidor. Ele proíbe qualquer tipo de publicidade e de comunicação mercadológica dirigida à criança, por meio de qualquer suporte ou mídia, no horário entre 7 e 21 horas, seja de produtos ou serviços relacionados à infância ou relacionados ao público adolescente. Também proíbe que sejam veiculados comerciais com apresentadores infantis ou desenhos, que podem atrair a atenção das crianças, e a utilização de crianças em quaisquer tipos de comerciais.

Como seria de esperar, houve um grande clamor por parte das empresas de publicidade contra o que classificaram de “autoritarismo” e regulação indevida. O passo seguinte foi a solicitação, por uma frente parlamentar composta por centenas de deputados e senadores, de análise de todo e qualquer texto que pretenda regulamentar publicidade, evitando que os mesmos seguissem normalmente para discussão e votação em plenário.

Esse fato indica que ainda há um longo caminho até que a proposta que normatiza a publicidade dirigida a crianças se transforme em letra de lei. Mas passos importantes já foram tomados nessa direção. ●

em debate, a psicologia e a mídia

A desigualdade nas relações de poder entre mídia e sociedade tem se tornado cada vez mais evidente e se reflete no cotidiano de pessoas e grupos de todos os lugares e classes sociais. As conseqüências dessas relações também nos atingem como profissionais psicólogos e podem ser notadas até, por exemplo, em atendimentos, pesquisas e mudanças nas formas de exercer a nossa profissão. A Psicologia precisa refletir sobre esta nova configuração para entender melhor o seu papel e seu próprio sentido neste mundo considerado midiático.

O Núcleo de Mídia e Psicologia do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, com o intuito de contribuir nesta reflexão, promove ciclo de encontros para provocar trocas de idéias e experiências sobre as relações de mídia e Psicologia com algumas das questões que mais precisam de respostas ou propostas atualmente: Direitos Humanos, Educação, consumo e participação social. Em cada encontro do **Midiálogos**, os participantes contarão com a presença de dois convidados especiais, um da área de Psicologia e um de outra profissão, como Direito, Pedagogia e Jornalismo para *midialogar* sobre os temas propostos. Serão realizados quatro encontros, um a cada mês, de setembro a dezembro de 2008.

O primeiro evento, dia 9 de setembro, teve como tema *Mídia, Psicologia e Direitos Humanos e contou com a jornalista e escritora Jô Azevedo e o psicólogo Marcos Ferreira*, assessor do Conselho Federal de Psicologia para Comunicação. Outros encontros já estão agendados:

- **7 DE OUTUBRO:** *Mídia, Psicologia e Educação*, com Grácia Lopes Lima (pedagoga, coordenadora da Gens Serviços Educacionais) e Ary Fernando Maia (psicólogo, professor da Unesp-Bauru)
- **4 DE NOVEMBRO:** *Mídia, Psicologia e Consumo*, com Isabella Henriques (advogada, coordenadora do Projeto Criança e Consumo do Instituto Alana) e Suely Ongaro (psicóloga, membro do Núcleo de Mídia e Psicologia)
- **2 DE DEZEMBRO:** *Mídia, Participação e Cidadania*, com Diogo Moyses (radialista, membro do Coletivo Intervezes) e Ricardo Moretzshon (psicólogo, coordenador nacional da Campanha Ética na TV)

Os encontros são sempre às 19 horas, no auditório do CRP SP (Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América, São Paulo). Mais informações no endereço <http://www.crp06.org.br/midia/>.

psicólogo o seu fazer nos interessa!

O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) dá início ao processo de Pesquisa sobre atuação profissional de psicólogos(as) em Serviços de Atenção Básica à Saúde. O objetivo é construir coletivamente as referências técnicas para uma competente atuação profissional nas políticas públicas brasileiras! Quem atua em Serviços de Atenção Básica à Saúde está convidado a responder à pesquisa via formulário on-line e participar das reuniões específicas convocadas pelo seu Conselho Regional. Mais informações no endereço: www2.pol.org.br/pesquisacrepop/pesquisa11.

obesid tema para os

O número de psicólogos integrando equipes multidisciplinares que atuam no atendimento a pacientes de cirurgias da obesidade está crescendo. Contudo, ainda é preciso articular melhor sua atuação com os demais profissionais, com o estabelecimento de protocolos e padrões de atendimento.

A participação de psicólogos em equipes multidisciplinares que atendem pacientes de cirurgias de obesidade vem aumentando nos últimos anos. A Comissão de Especialidades Associadas (COESAS), que congrega especialidades profissionais que fazem parte do processo de atendimento ao paciente obeso no pré, trans e pós-operatório, contabiliza hoje 63 psicólogos filiados à entidade em um total de 168 especialistas de diversas áreas. “É o dobro do ano anterior”, conta Aída Regina Marcondes Franques, presidente da entidade. Apesar do crescimento, ela considera que esse número deveria ser significativamente maior.

“A partir de 2005, uma resolução do Conselho Regional de Medicina determinou que todo cirurgião bariátrico precisa contar, além de anestesiológicos, enfermeiros e auxiliares, com uma equipe formada por psicólogo ou psiquiatra, clínico geral, nutricionista e fisioterapeuta”, diz Aída. Segundo ela, esse foi um fator determinante para o crescimento das equipes multidisciplinares. Apesar desse avanço, ela estima que, atualmente, apenas 10% dos cirurgiões do país trabalham com equipes completas.

Avaliar essa situação foi um dos objetivos do I Fórum Discutindo COESAS, evento realizado no dia 25 de julho, em São Paulo, que contou com o apoio do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. Ao todo, 78 pessoas, sendo 38 psicólogos, acompanharam as apresentações e debates ali realizados.

“Com o desenvolvimento da cirurgia de obesidade, percebeu-se que mais do que reunir especialistas em torno de uma atividade era preciso desenvolver protocolos e padronizar o atendimento”, diz Aída. “O papel da COESAS, portanto, é o de permitir essa troca de conhecimentos entre os diferentes profissionais que atuam na área.”

As cirurgias que visam ao tratamento de pessoas obesas estão crescendo significativamente no Brasil. Segundo a Sociedade Brasileira de Cirurgia Bariátrica e Metabólica (SBCBM), o número de intervenções passou de 22 mil em 2006 para 25 mil em 2007. Embora as intervenções tenham, por si só, um elevado grau de sucesso, há um entendimento entre os especialistas no assunto de que a obesidade envolve aspectos emocionais e de comportamento, que demandam um acompanhamento por profissionais capacitados.

SEM ACOMPANHAMENTO – Uma dificuldade em relação a esse aspecto é que apenas metade dos pacientes recorre a tratamentos de apoio após a cirurgia, percentual que é ainda menor quando se considera o acompanhamento psicológico. Segundo Aída, esse fato ocorre em parte pelo não reconhecimento, pelo paciente, da importância do acompanhamento e em parte pelo fato de que a maioria dos convênios paga a cirurgia, mas deixa ao paciente o encargo das demais despesas. Sobre esse aspecto, Marcelo Roque de Oliveira, representante da SBCBM, observou que, embora os convênios estejam

ade psicólogos

relando este último ponto, por conta de resolução da Agência Nacional de Saúde Suplementar, o número de consultas psicológicas cobertas – limitado a 12 sessões anuais – não é suficiente para atender plenamente os pacientes.

EM CONSTRUÇÃO - Elaine Maria do Carmo Zanolla Dias de Souza, conselheira do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais, que esteve presente ao evento, destacou que o papel do psicólogo na equipe multidisciplinar ainda não é suficientemente claro e ainda está sendo construído. “O psicólogo deve se perguntar que lugar o alimento ocupa na vida do paciente. Essas e outras questões devem ser compartilhadas com a equipe.”

Para que o desenvolvimento da equipe multidisciplinar continue, Débora Gleiser, presidente da COESAS do Rio Grande do Sul, psicóloga há 14 anos, defende a especialização dos profissionais na área bariátrica. “Da mesma forma que existe o cirurgião, deve existir o nutricionista e o psicólogo bariátrico. Vamos batalhar junto ao Conselho Federal de Psicologia para o reconhecimento dessa especialidade.”

Além dessa ação, outras foram debatidas durante o encontro, visando ao aumento no número de psicólogos na área, como a necessidade de ter representante da COESAS em cada Estado. Isso aumentaria a participação dos profissionais, e da produção de pesquisas em psicologia na área da cirurgia bariátrica.

O psicólogo foi o primeiro profissional a integrar a equipe multidisciplinar. Há cerca de dez anos, era atribuída a ele a tarefa de decidir se o paciente estava apto a fazer a operação bariátrica. Atualmente, o cirurgião faz a primeira avaliação e pede uma bateria de exames. Depois o paciente é encaminhado para o nutricionista e o psicólogo e, em seguida, para o endocrinologista.

“A avaliação do psicólogo consiste em detectar fatores emocionais que poderiam afetar a nova condição do operado”, explica Aída. Além dessa avaliação, o psicólogo deverá ajudar o paciente a compreender os riscos e benefícios esperados, a necessidade de acompanhamento médico por toda a vida e, sobretudo, as consequências físicas, sociais e emocionais do emagrecimento. Segundo ela, o paciente operado necessita de uma grande capacidade de adaptação, uma vez que emagrecer exige mudanças e o enfrentamento de situações novas e desconhecidas. ●

mitos e desafios

Maria Salete Arenales-Loli é psicóloga e autora do recém-lançado Da mesa farta à mesa de cirurgia, livro em que aborda os desafios vividos pelo paciente obeso. Ela é também autora de Obesidade como Sintoma, dissertação de mestrado/UNESP e organizadora, em parceria com a Aída Franques, do livro Contribuições da Psicologia na Cirurgia da Obesidade. Desde que começou a atuar nesta área, em 1995, ela já atendeu inúmeros casos na região centro-norte do Paraná, principalmente em sua clínica, na cidade de Apucarana. Quando se dispôs a atender pacientes obesos, eram raras as publicações de psicólogos sobre o tema. Parte importante de seus conhecimentos resultou da experiência vivida com seus pacientes. Na entrevista a seguir, Maria Salete aborda alguns aspectos de sua vivência na área.

P - Quais os fatores que contribuem para a obesidade?

Maria Salete – A obesidade é multideterminada. Diversos fatores (genético, hábitos alimentares etc.) se somam para sua instalação no organismo. Há também o aspecto emocional. Sabemos, a partir da fala dos próprios pacientes em tratamento psicoterápico, que sentimentos como raiva, ansiedade, frustração e angústia impulsionam alterações do apetite. Nesse sentido, um grande desafio do psicodiagnóstico é ter em vista a seguinte questão: a quais recursos o meu paciente poderá recorrer, quando impedido de comer em excesso como via de resolução dos seus problemas? Como será para esse paciente a retirada (por meio de uma intervenção cirúrgica) dessa alternativa de comer de modo exagerado frente a determinadas situações? Dilemas emocionais podem estar presentes e é fundamental que seja realizado um psicodiagnóstico para que o paciente conheça alguns dados sobre a história de sua própria obesidade. O psicólogo pode desempenhar um importante papel auxiliando o paciente na organização dos dados, proporcionando novos vértices de percepção da sua própria biografia e ajudando a criar novos canais e recursos criativos (não mais destrutivos) para a resolução desses problemas.

P - Como é sua abordagem com os pacientes no pré-operatório?

Maria Salete – Um dos aspectos, dentre vários, que busco no pré-operatório é levantar a visão do paciente sobre a cirurgia e os resultados imaginados em seu próprio corpo. A partir destes dados é possível questionar mitos comumente presentes no relato destes pacientes: o mito de que o corpo ficará perfeito (dentro dos padrões divulgados pela mídia); o mito de que será emagrecido exclusivamente pela cirurgia, sem nenhuma participação pessoal; ou o mito de que a manutenção do peso eliminado é certa, sem nenhum risco de reganho de peso. O mais complicado deles, contudo, é o de que problemas pessoais, sociais e profissionais serão resolvidos automaticamente – e magicamente – após o emagrecimento. Uma vez quebrados esses mitos, o paciente pode ter uma visão mais realista dos ganhos que obterá a partir de uma cirurgia bariátrica. Constatamos que não diagnosticar e não eliminar tais mitos poderão ser, futuramente, muito frustrantes para o paciente.

P – Como se lida com a questão dos hábitos alimentares dos pacientes e que problemas enfrentam os pacientes que não trabalham estes aspectos previamente à cirurgia?

Maria Salete – Alguns comportamentos devem ser trabalhados previamente à cirurgia. Por exemplo, a velocidade de ingestão dos alimentos; o consumo de alimentos líquidos e pastosos hipercalóricos que burlam o resultado de emagrecimento; a retirada do hábito de alimentar-se frente a estímulos que distraem a atenção do consumo alimentar (comer frente à televisão ou enquanto se está trabalhando) ou, ainda, a criação do hábito de realizar todas as refeições diárias. O intuito é diminuir ou até eliminar os desagradáveis episódios de vômitos, prevenir o desencadeamento de transtornos alimentares futuros e auxiliar no processo de manutenção do peso em longo prazo.



um lugar na

A Psicologia e o psicólogo têm um lugar na Educação. Este espaço, contudo, precisa ser resgatado e resignificado para que essa contribuição possa se mostrar realmente efetiva. Esse é o principal objetivo dos debates de “Psicologia: Profissão na Construção da Educação para Todos”, que serão realizados no segundo semestre de 2008, o Ano da Educação no sistema Conselhos.

Como deve ser a atuação do psicólogo na Educação? De que maneira ele pode contribuir para a construção de Políticas Públicas comprometidas com a garantia dos direitos? O que fazer diante de demandas de atuação clinicista no âmbito escolar? Como garantir o espaço da Psicologia no Ensino Médio? Essas são algumas das questões que estarão em pauta na série de debates “Psicologia: Profissão na Construção da Educação para Todos”, que será realizado em todo o Brasil no segundo semestre desse ano. O objetivo do evento é contribuir com a construção de referências técnicas que servirão de base para a atuação do psicólogo escolar e/ou educacional.

Está prevista a realização, em cada Conselho, de debates preparatórios em torno de quatro eixos temáticos (*veja as propostas ao lado*): 1) Psicologia, Políticas Públicas Interseccionais e Educação Inclusiva; 2) Políticas Educacionais: legislação, formação profissional e participação democrática; 3) Psicologia e Instituições Escolares e Educacionais; e 4) Psicologia no Ensino Médio. Um encontro nacional está previsto para o primeiro semestre do próximo ano, com a finalidade de sistematizar e consolidar as contribuições formuladas. Em São Paulo, haverá eventos preparatórios nas subseções até o fim de outubro. O evento preparatório da sede, na Capital, será nos dias 30 e 31 de outubro e 1º de novembro. A etapa estadual será realizada no início de 2009.

“O evento quer enfatizar a contribuição da Psicologia, como ciência e como profissão, na luta pela consolidação de uma educação para todos”, diz o presidente do Conselho Federal de Psicologia (CFP), Humberto Cota Verona. Segundo ele, isso deve ser feito com base nos princípios do compromisso social, dos Direitos Humanos e do respeito à diversidade.

Para a presidente do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP), Marilene Proença, a expectativa é de que as discussões sobre a política educacional brasileira qualifiquem o psicólogo, técnica e politicamente, para compreender melhor a complexidade do sistema educacional. “O objetivo, a partir daí, é buscar o aperfeiçoamento da atuação profissional na área da Educação, dentro de uma perspectiva de inclusão social”, diz.

1 eixo

PSICOLOGIA,
POLÍTICAS
PÚBLICAS
INTERSECTORIAIS
E EDUCAÇÃO
INCLUSIVA

Debater a questão da Educação Inclusiva e sua interface com políticas públicas em áreas como Educação, Saúde e Assistência Social. Essa é a proposta do eixo 1 do evento “Psicologia: Profissão na Construção da Educação para Todos”. Por Educação Inclusiva, o CFP entende uma Educação que cumpra seu caráter público, universal e de qualidade para todos. Uma escola que esteja preparada para atender todos aqueles que têm sido usualmente excluídos do sistema de ensino: pessoas com deficiência, negros, meninas, homossexuais, índios, populações em situação de rua, adolescentes autores de ato infracional, minorias étnicas ou religiosas, entre outros.

O texto-base, que serve de suporte para os debates, traça um histórico dos acordos internacionais e de legislações brasileiras que desde 1990 (Jomtien, na Tailândia) tratam da “Educação para Todos”. Nota que, embora as legislações tenham criado a obrigatoriedade da inclusão escolar, sua efetivação, na prática, acabou ocorrendo de forma desigual e com distorções de vários tipos, tais como alunos matriculados, mas excluídos dentro da escola ou, ainda, situações em que os pais preferem o retorno de seus filhos à escola especial. O texto aponta, ainda, os desafios envolvendo os alunos com necessidades educacionais especiais, incluindo acessibilidade, adaptação de diretrizes e materiais escolares, capacitação profissional e mudanças nas condições objetivas de trabalho do professor.



educação



eixo 2

POLÍTICAS EDUCACIONAIS: LEGISLAÇÃO, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA

A proposta deste eixo é tratar de temas relacionados a inserções e participações de psicólogos no âmbito de políticas públicas em espaços consultivos e deliberativos, tais como fóruns, redes sociais e conselhos, além do Legislativo, acompanhando e propondo ações junto a deputados e vereadores, visando também, por meio de projetos de lei, contribuir para uma democracia participativa na Educação. A presença do psicólogo nesse campo deve resguardar a dimensão do compromisso social e da qualificação técnica e política para o exercício profissional.

O texto de referência aborda uma ampla série de aspectos. Na questão das políticas educacionais, trata das reformas educacionais realizadas a partir dos anos 80 e mostra a importância de compreender como educadores, alunos e gestores vivenciam a implantação de políticas públicas. Na questão da profissão, aborda como as visões biologizantes ou medicalizantes têm levado a uma compreensão estreita da atuação do psicólogo na Educação e da produção das dificuldades de escolarização. Na formação profissional, pergunta sobre as formas de aproximar as questões postas na área da Psicologia Escolar e Educacional e os desafios das Diretrizes Curriculares em Psicologia. Na área de legislação e práticas sociais, levanta os pontos em torno dos quais os psicólogos precisam adotar posições para poderem atuar de maneira efetiva e socialmente responsável.

eixo 3

PSICOLOGIA E INSTITUIÇÕES ESCOLARES E EDUCACIONAIS

Inclui temas oriundos de práticas desenvolvidas por psicólogos em instituições escolares e educacionais, nos seus diversos contextos formais ou informais. Envolve a atuação do psicólogo junto aos alunos, suas famílias, educadores e demais profissionais ligados à Educação que recorreram à Psicologia como forma de contribuir para que a escola ou instituição educacional seja um espaço democrático de acesso ao saber culturalmente instituído e da produção de novos saberes.

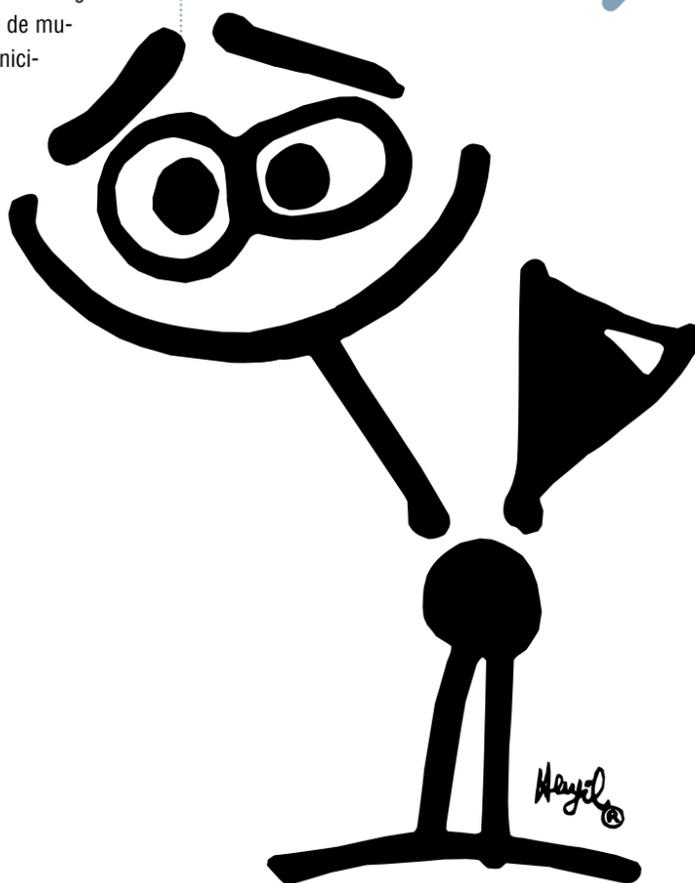
O texto-base parte do princípio de que o conhecimento produzido pela Psicologia para atuação em contextos educativos somente servirá para a realidade brasileira se for construído com a participação dos psicólogos nestes contextos. A partir daí, apresenta elementos para discutir o papel do psicólogo em contextos educativos; as dificuldades e perspectivas da Psicologia nessa área e as possibilidades de mudança nas redes de ensino municipais e estaduais.

eixo 4

PSICOLOGIA NO ENSINO MÉDIO

Refere-se às experiências de professores de Psicologia cuja atuação profissional focalize novas propostas curriculares, projetos ou ações institucionais comprometidos com a democratização das relações escolares de ensino. Portanto, urge ratificar a sua importância ao oferecer para os estudantes fundamentos que lhes permitam compreender as diferentes dimensões da subjetividade, os processos de constituição do sujeito em uma sociedade, ampliando e consolidando, assim, uma Educação humanizada e com compromisso social.

O texto de referência recupera a presença da Psicologia na Educação brasileira desde o século XIX; apresenta princípios fundamentais que justificam a sua presença como disciplina no Ensino Médio atual; discute os conteúdos da Psicologia para o Ensino Médio, superando o dualismo teorias-temas; aponta os desafios da Licenciatura em Psicologia e aborda a luta das entidades pela Psicologia no Ensino Médio.



os caminhos d

ELES PASSAM PELA FORMAÇÃO E POR POLÍTICAS

Rever aspectos referentes à formação e atualização do psicólogo e participar ativamente na definição de Políticas Públicas na área da Educação. Para a psicóloga educacional e conselheira do CRP SP, Beatriz Belluzzo, esses são dois pontos fundamentais para que os psicólogos possam ter uma atuação verdadeiramente significativa, capaz de contribuir para a melhoria da qualidade na educação. Na entrevista a seguir, ela aborda a trajetória da Psicologia Educacional e as perspectivas de atuação na área.



P - O que se espera desse ano da Educação no sistema Conselhos?

Beatriz - Nosso objetivo é mostrar que a Psicologia é uma ciência que contribui para a qualidade da Educação. A Psicologia precisa ser recolocada na Educação. Não a Psicologia que trabalha na perspectiva da patologia, mas a Psicologia da perspectiva social, que considera os contextos sociais, as relações sociais, as construções subjetivas que se dão nesse contexto e que contribuem para a exclusão. Para dar um exemplo: quando um professor diz coisas como “meu aluno não aprende, não sei mais o que fazer”, o que o psicólogo precisa fazer é compreender o que está em torno dessa situação e ajudar a buscar respostas que não passem, como hoje é comum acontecer, pela patologização do aluno ou pela culpabilização do professor.

P - De quando vem essa visão da Psicologia na Educação?

Beatriz - Nosso marco na Psicologia brasileira é o trabalho da psicóloga Maria Helena Souza Patto. Até então, toda a Psicologia Educacional que era feita, inclusive por ela, era uma Psicologia de classificação, de busca das diferenças, usando elementos como a teoria da carência cultural, análises das

resistências de percepção, de motivação, de desenvolvimento. A idéia era que o psicólogo diagnosticaria dificuldades e orientaria o professor para superá-las. A mudança que se deu a partir do trabalho de Maria Helena, foi a de que uma atuação nesses moldes apenas contribuía para a manutenção de um modelo que reproduzia as diferenças de classe social. O que se seguiu foi um movimento de questionamento das relações de poder dentro da escola, mas que se mostrou limitado.

P - De que maneira?

Beatriz - Essa visão, conhecida como crítico-reprodutivista e apoiada em autores como Althusser, fazia a locação das questões no plano macro-estrutural, isto é, nas estruturas de poder. A questão é que, ao fazer isso, a teoria crítico-reprodutivista não deixava um espaço para a atuação do psicólogo, isto é, ela “expulsava” o psicólogo da escola tanto quanto a visão clinicalista anterior. Foi a partir da compreensão de que as estruturas de poder se concretizam por meio das relações intersubjetivas, que nós tivemos um resgate do psicólogo no campo da Educação.

a mudança

PÚBLICAS

P - Como fazer esse resgate do psicólogo para a Educação?

Beatriz – Esse é o nosso desafio atual. Nós entendemos que isso precisa acontecer na escola real. Com aquele aluno determinado e com aquela professora especificamente é que eu vou conversar e repensar cada situação. É necessária uma ação no cotidiano, resignificando contextos, numa linha que se poderia chamar de paulofreiriana, para que se possa contribuir para a qualidade da escola.

P - O que é preciso para que isso se dê?

Beatriz – Acho que começa por se tentar mudar a visão sobre os psicólogos, que são freqüentemente tidos como profissionais da saúde. É preciso mostrar que a Educação é um campo de atuação seu, tanto quanto a Psicologia Clínica. Outro ponto de grande importância é repensar a formação do psicólogo, no sentido de capacitá-lo a atuar dentro dessa visão mais atual da Psicologia na Educação. É preciso, por exemplo, que os alunos de Psicologia tenham uma formação dentro de contextos escolares concretos. O terceiro ponto é buscar mudanças de caráter político, mudanças que estão contempladas nos eixos de debates que acontecerão este ano no Sistema Conselhos. De nada adianta, por exemplo, ter um psicólogo numa escola se não houver diretrizes, por parte das Secretarias de Educação, para que ele trabalhe em parceria com os professores.

P – Há exemplos concretos em que essa forma de uma atuação integrada trouxe resultados?

Beatriz - Há experiências documentadas em municípios como Guarulhos e São Bernardo, onde o psicólogo foi adequadamente incorporado à área educacional, contribuindo para uma melhoria na qualidade da Educação. Em São Bernardo, por exemplo, os psicólogos são ligados à Secretaria de Saúde, mas usam os espaços de hora-atividade dos professores para dialogar com eles. Eles têm, assim, a oportunidade de formular novas questões, de buscar saídas que não sejam mais do mesmo. ●

PESQUISA VAI MOSTRAR ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NA EDUCAÇÃO

Como se dá, concretamente, a atuação do psicólogo na Educação? Uma pesquisa com o objetivo de responder essa pergunta está sendo realizada neste momento, abrangendo os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Rondônia, Acre, Santa Catarina e Paraná. Para a coordenadora do projeto, Marilene Proença, esse levantamento fornecerá um panorama sobre a atuação dos psicólogos na área e permitirá que sejam encontrados caminhos mais efetivos para uma atuação verdadeiramente integrada ao processo educacional.

A pesquisa está sendo conduzida sob uma mesma metodologia em todos os Estados, com um pesquisador responsável em cada um deles coordenando um grupo de pesquisa local. Nesta etapa, estão sendo aplicados questionários que serão consolidados até setembro deste ano. A segunda parte da pesquisa prevê entrevistas individuais em profundidade com psicólogos que atuam na área da Educação.

Segundo Marilene, a expectativa é encontrar um quadro com situações bastante diversas. "Acredito que existe uma parcela importante de psicólogos comprometidos com a escola democrática, que defende o trabalho em parceria com o professor e que tem consciência de que posturas medicalizantes não são uma solução para responder a dificuldades de aprendizagem." Ao mesmo tempo, ela espera encontrar profissionais em situações que não caminham nesse sentido, nem tanto por convicção própria e mais por demandas que podem se originar das próprias secretarias de educação. Em que medida isso se dá, caberá à pesquisa responder. A previsão de finalização do trabalho é 2009.

PSICOLOGIA NA EDUCAÇÃO É TEMA DE EVENTO E MOSTRA EM SÃO PAULO

Nos dias 30 e 31 de outubro e 10 de novembro de 2008 acontecerá o evento preparatório para o Seminário da Educação no Sistema Conselhos de Psicologia. Na mesma ocasião acontecerá a III Mostra Estadual de Práticas de Psicologia em Educação e o VI Encontro de Psicólogos da Área de Educação. O local é o Espaço APAS, na rua Pio XI, 1.200, no Alto da Lapa, em São Paulo. As inscrições podem ser feitas pelo site do CRP SP (www.crsp.org.br). Mais informações podem ser obtidas com o Departamento de Eventos do CRP SP pelo número 3061-9494, ramais 111, 137, 151 e 317.

O evento preparatório se desenvolverá em torno dos quatro eixos de discussão já estabelecidos para o tema (leia nas páginas 12 e 13). A III Mostra Estadual de Práticas de Psicologia em Educação terá dois grandes objetivos: 1) aprofundar as discussões sobre a política educacional brasileira e paulista, qualificando o psicólogo para melhor compreender a complexidade do quadro educacional atual, visando melhorias na atuação profissional na área da educação e 2) realizar amplo levantamento das práticas atualmente realizadas por psicólogos que atuam no campo educacional/escolar e que enfatizem as dimensões de compromisso social e da construção de uma escola democrática.

PÔSTERES PARA A III MOSTRA – Estão abertas as inscrições para a realização de pôsteres referentes à III Mostra Estadual de Práticas de Psicologia em Educação. As inscrições podem ser feitas no sítio www.crsp.org.br, até o dia 16 de outubro. O evento é gratuito.

Os pôsteres deverão apresentar: autor(es), título, eixo, palavras-chave (três) e resumo com até 3 mil caracteres (contendo objetivos, descrição das atividades e avaliação dos resultados). Trabalhos de estudantes de graduação deverão vir acompanhados do nome do supervisor/coordenador do trabalho.

os direitos humanos

na formação dos psicólogos

Projeto da ABEP em parceria com o sistema Conselhos pauta os Direitos Humanos na formação de psicólogos.

Promover a cultura de Direitos Humanos no ensino e na formação em Psicologia. Esse é o principal objetivo do projeto “Direitos Humanos no Ensino de Psicologia”, realizado pela Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) e pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), em parceria com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) e o Ministério da Educação (MEC). A idéia é levar o debate para o maior número possível de psicólogos e demais profissionais interessados, buscando propostas de inclusão do tema na formação dos profissionais de psicologia.

Para a viabilização deste desafio foram tomadas três iniciativas: a criação de um ambiente virtual para sistematizar conteúdos e informações; a realização de quatro mesas redondas *online*, seguidas de oficinas regionais presenciais em diversos pontos do país e a realização de um Seminário Nacional no mês de dezembro. O projeto prevê, ainda, a realização de uma pesquisa sobre a produção científica da psicologia na temática de Direitos Humanos e a publicação de um livro, ao final do processo, sistematizando todas as etapas.

PROPOSTAS CONCRETAS – De acordo com a presidente da ABEP, Roberta Azzi, as ações do projeto foram pensadas de forma a mobilizar e articular os interessados na questão, mas oferecendo a estes um conjunto de informações sistematizadas sobre Direitos Humanos. “A idéia é que as informações e conteúdos abordados durante o programa contribuam para a compreensão da temática dos Direitos Humanos e, ao mesmo tempo, resultem em propostas que contribuam para um aprimoramento na formação do psicólogo nessa área”, diz. Deste modo, busca-se proporcionar também acesso a dispositivos que permitam uma ação concreta dos profissionais frente a situações de violação dos Direitos Humanos.

A primeira das quatro mesas *online* foi realizada no dia 7 de agosto, com o tema “O Desenvolvimento da Cultura de Direitos Humanos nos Espaços Educativos e os Desafios da Psicologia”. Contou com a participação de Ana Luiza Castro, coordenadora da Comissão de Direitos Humanos do CFP; Erasto Fortes Mendonça, coordenador ge-

ral de Educação em Direitos Humanos, da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH); Dreyf de Assis Gonçalves, diretor da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia, ABEP; e Rosiléia Maria Roldi Wille, coordenadora geral de Direitos Humanos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC). O evento, transmitido em tempo real pela Internet, contou com mais de dois mil pontos de acesso, muitos deles organizados pelos Núcleos Regionais da ABEP, pelos Conselhos Regionais de Psicologia e por instituições de Ensino.

As três mesas seguintes também contaram com o recurso de transmissão *online*. Os temas foram: “Educação para os Direitos Humanos e as contribuições da Psicologia: Destaques Regionais”, no dia 21 de agosto; “Formação nos Cursos de Psicologia e o Desenvolvimento da Cultura de Direitos Humanos”, no dia 11 de setembro; e “Desafios para a Psicologia no cenário das violações dos Direitos Humanos”, no dia 25 de setembro.

QUESTÃO CENTRAL – Em São Paulo, a primeira mesa on-line, ocorrida no dia 7 de agosto, foi transmitida em um telão no auditório do CRP SP, com a presença de psicólogos, e coordenada pelo Conselheiro Roberto Heloani, membro da Comissão de Direitos Humanos e da Comissão de Comunicação do CRP SP, que enfatizou a atualidade do debate sobre Direitos Humanos. “Há uma diferença de perspectiva entre a situação atual e aquela do início do processo de democratização. Naquela época, havia uma luta por um processo de democratização formal. Hoje, nós queremos que os Direitos Humanos, como elemento central da dignidade humana, sejam algo efetivo e não apenas pauta de retórica. Só com o respeito aos Direitos Humanos teremos uma sociedade mais justa e mais fraterna.”

O interesse despertado pela iniciativa ficou evidenciado nas perguntas encaminhadas, de todo o Brasil, aos participantes da mesa. As questões versaram sobre aspectos diversos e, em particular, sobre as formas mais adequadas de incluir a questão dos Direitos Humanos no projeto pedagógico dos cursos de Psicologia. Os vídeos podem ser acessados pelo site da ABEP – www.abepsi.org.br ou pela página do Conselho Federal de Psicologia. ●



No auditório do CRP SP, participantes assistem no telão à apresentação da coordenadora geral de Direitos Humanos do SECAD/MEC, Rosiléia Wille.

Erasto Fortes Mendonça, coordenador geral de Educação em Direitos Humanos, compôs a mesa representando um dos parceiros do projeto, a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH). Em sua apresentação, ele falou sobre a concepção dos Direitos Humanos, a atuação da SEDH e o desafio assumido por ela na construção de uma política pública na área de Direitos Humanos. Ressaltou ainda a importância das diretrizes que integram a publicação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. A seguir, um breve resumo dos principais pontos por ele abordados.

um ponto **de partida**

DESAFIO PARA A EDUCAÇÃO

A importância do espaço escolar e da escola, como local primeiro do exercício da cidadania e do reconhecimento da perspectiva de sujeitos de direitos, foi um dos pontos abordados por Rosiléia Maria Roldi Wille, coordenadora geral de Direitos Humanos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC). Ela apontou a dificuldade da tarefa, lembrando as diferentes situações de violência, do *bullying* ao tráfico de drogas, muitas vezes encontradas dentro ou no entorno do ambiente escolar. Além desse desafio, Rosiléia levantou a questão sobre a melhor forma de levar a Educação em Direitos Humanos às escolas. Respondendo a perguntas de participantes, ela admitiu a possibilidade de criação de uma disciplina específica, mas defendeu a proposta de que o tema seja tratado de forma transversal.

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS – Nós estamos tratando da temática dos Direitos Humanos nos cursos de Psicologia e nos espaços institucionais onde a Psicologia atua. Em um mundo capitalista – e particularmente em um país ainda periférico como o Brasil – é possível constatar a existência de uma permanente violação dos Direitos Humanos. Estamos comemorando em 2008 os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Por meio desse instrumento, nós tivemos uma afirmação dos direitos e também uma afirmação da necessidade do enfrentamento de todo tipo de violação a esses direitos. Eu recitaria o primeiro item da Declaração dos Direitos Humanos: “Todos nascem livres e iguais em dignidade de direitos e devem agir, uns para com os outros, com espírito de fraternidade”. Mas citaria também a provocação de Hannah Arendt, quando ela diz que nós não nascemos livres e iguais em dignidade de direitos. Seu intuito, naturalmente, é lembrar que a dignidade de direitos não é algo gratuito, mas um processo de conquista, que se dá por um processo de organização social e política. Não é possível pensar nessa conquista, nessa organização, sem passar pela Educação.

COMITÊ NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS – Como resposta a demandas internacionais, o Brasil instituiu em 2003 um Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, que congrega representantes de órgãos públicos, de organizações não-governamentais, de organismos internacionais e de personalidades destacadas na luta pela Educação em Direitos Humanos no Brasil. A primeira tarefa desse comitê nacional foi a elaboração de um plano de estado, não de governo, na área de Educação em Direitos Humanos. Esse plano, depois de discutido em planos estaduais, resultou na publicação “Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos”, que contempla os princípios,

diretrizes e ações programáticas que estão voltadas para cinco áreas: Educação Básica, Educação Superior, Educação Não-formal, Mídia, Educação para os profissionais dos sistemas de justiça e de segurança.

POLÍTICA PÚBLICA – Há uma política pública que está em construção, tendo como objetivo fazer com que os cursos profissionais, os cursos de graduação, os cursos superiores considerem a importância da inclusão da temática dos Direitos Humanos na sua formação. Há um diálogo sendo construído com o Conselho Nacional da Educação visando ampliar a reflexão sobre os Direitos Humanos e, em breve, deverão ocorrer audiências públicas sobre esse tema.

PSICOLOGIA E DIREITOS HUMANOS – Na área da educação superior, temos algumas ações programáticas propostas, como a introdução da temática Direitos Humanos nos cursos de formação inicial e continuada. Iniciativas como esta, da ABEP e dos Conselhos, vão contribuir para a produção de conhecimento na área de Direitos Humanos e para a formação do psicólogo. A SEDH apóia essa iniciativa e quer se colocar como parceira desse projeto. ●

DIA NACIONAL DA BVS – PSI

No mês de agosto foi realizada a primeira edição do Dia Nacional da Biblioteca Virtual de Psicologia, organizada pela ABEP, em parceria com a REBAP – Rede brasileira de Bibliotecas de Psicologia e a BVS-Psi. O pressuposto básico das atividades da BVS, de acesso livre a informações científicas, tem em suas raízes princípios de Direitos Humanos aplicados à área científica e à produção de conhecimento. O evento reuniu diversas instituições de ensino que, simultaneamente, em todo o Brasil, realizaram atividades com seus professores buscando ampliar o conhecimento dos profissionais sobre esta ferramenta de atualização técnico-científica. Acesse a BVS-PSI pelo site: www.bvs-psi.org.br

em busca do conjunto

Maria Paula Gonçalves da Silva, a *Magic Paula* do basquete brasileiro, é categórica ao afirmar: “Faltou equilíbrio emocional e concentração nas equipes brasileiras que foram às Olimpíadas de Pequim”. Para ela, o aspecto psicológico precisava ser trabalhado de forma cuidadosa e desde o início dos treinamentos. Se não foi o único fator para o modesto desempenho brasileiro na competição, a falta desse tipo de preparação teve o seu papel e levanta a questão do que fazer para o futuro.

O melhor indício da importância da Psicologia na área esportiva foi dado pela própria China. “Além de uma rigorosa preparação técnica, a China contou com o trabalho de 60 psicólogos do esporte atuando com os atletas”, diz a psicóloga Kátia Rúbio, presidente da Associação Brasileira de Psicologia do Esporte e parte do corpo docente da Faculdade de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo. “O resultado final”, nota, “ficou mais do que evidenciado no quadro de medalhas”.

JOGANDO JUNTOS – Que a Psicologia e o esporte precisam “jogar juntos” parece fora de questão. Uma das dificuldades, ao que tudo indica, está no “como” isso deve ocorrer. “Muitas vezes, falta ao meio esportivo uma compreensão mais clara sobre a natureza do trabalho da Psicologia”, diz Kátia Rúbio. Segundo ela, isso fica claro quando se busca o apoio de um psicólogo do esporte de última hora ou em um momento de emergência. “Todo processo de intervenção psicológica demanda tempo para surtir efeito. Além disso, o trabalho não se limita ao atleta ou atletas, mas se estende à comissão técnica e aos demais integrantes das equipes. Soluções de última hora não são eficazes”, diz.

Por outro lado, a Psicologia enfrenta o desafio de trabalhar adequadamente dentro do campo esportivo, o que remete para a questão da formação. Kátia Rúbio observa que a Psicologia do Esporte já é matéria ministrada na graduação dos cursos de Educação Física. Ela nota, contudo, que a matéria é ministrada, na maior parte das vezes, por educadores físicos, e não por psicólogos, e que as abordagens seguem um caráter mais técnico ou tecnicista.

“Hoje temos um recorte melhor de Psicologia do Esporte como sendo área do psicólogo com formação específica para isso”, diz Kátia Rúbio. O que não significa que não se deva buscar avanços. Um ponto a ser avaliado, segundo a professora, é incorporar o campo da Psicologia do Esporte à graduação. “Essa formação acontece, hoje, somente em nível de pós-graduação, o que nem sempre é o bastante para dar uma capacitação nos níveis desejáveis ao psicólogo que quer atuar na área do esporte.”

A formação em Psicologia também precisa ser acompanhada de uma grande proximidade com o universo do esporte. “O profissional tem que entender o contexto do esporte para poder interpretar as pessoas e poder se comunicar”, diz a psicóloga e professora Regina Brandão, da Universidade São Judas Tadeu e do Instituto Wanderley Luxemburgo. “Um atleta é alguém que está sempre em luta contra alguém e consigo mesmo, contra seus próprios limites. Além disso, precisa trabalhar características como a atenção, a concentração e a memória. O psicólogo do

esporte vai ajudá-lo a lidar com todos esses aspectos e mais as cobranças que são feitas pelo próprio atleta e por aqueles que estão ao seu redor”, diz.

Regina coloca ainda outros pontos importantes. “Pressão demais pode levar o atleta a sofrer de pressão, com ‘de’ e ‘traço’ mesmo”, afirma. Em esporte de alto rendimento, é preciso trabalhar todo o contexto: pais, treinadores, grupo esportivo. “Nossa função é ajudá-lo a se conhecer melhor nos aspectos psicológicos que interferem no rendimento”, explica.

INCLUSÃO – A Psicologia não tem lugar apenas entre os esportes de alto rendimento. Para o especialista em psicologia do esporte, mestre em Educação, conselheiro do CRP SP e membro da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, Fábio Silvestre da Silva, ela deve fazer parte das práticas esportivas em geral, para que estas também sejam instrumentos de inclusão social. “Mesmo que não seja o melhor da turma, aquele gordinho tem que participar, tem que saber que ele é importante no coletivo”, explica ele.

“Não dá para esquecer que o esporte ocupa um espaço bem complicado no imaginário do atleta, trazendo a questão do mito, do herói.” Segundo Fábio Silvestre, é preciso juntar essas questões, que são levantadas e, com elas, fazer transformações concretas. Fábio dá como exemplo o programa *Esporte e Talento*, do Instituto Ayrton Senna, no qual qualquer matéria pode ser dada pelo esporte. Esse tipo de abordagem, segundo ele, poderia ser usada, por exemplo, em ações visando a ressocialização de adolescentes autores de atos infracionais.

LONDRES 2012 – E quanto ao futuro do Brasil nas próximas Olimpíadas? Um indício positivo é a recente declaração do presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Carlos Arthur Nuzman, que admitiu a necessidade de um trabalho psicológico com os atletas para os Jogos Olímpicos de Londres 2012. “Ter um psicólogo na delegação é algo a ser corrigido.” Ele observou, contudo, que essa não é uma questão simples, especialmente pela resistência do treinador, que “normalmente se acha um psicólogo”. Por conta de resistências desse tipo, a professora Kátia Rúbio não está certa sobre se haverá mesmo mudanças no que diz respeito ao preparo psicológico dos atletas. “Este é o quinto ciclo Olímpico que eu acompanho. Se nada for feito nesse sentido, tenho certeza de que teremos a mesma situação em 2012”, afirma. ●



Magic Paula: muitas equipes brasileiras em Pequim não tiveram equilíbrio emocional.



ENTRE ATOS E LAÇOS – ADOLESCÊNCIA E PSICANÁLISE

Organizado por Thereza Christina Gontijo Bruzzi Curi, Belo Horizonte, Edição dos Autores, 2006, 151 páginas, R\$50,00.

INTERNET: www.iepsi.com.br
TELEFONE: (31) 3296-7544

Os autores discutem a questão da adolescência por um prisma ético e criativo, propondo uma interlocução sobre os desafios e oportunidades concernentes a esta fase da vida. Entre os assuntos relacionados, se destaca a dificuldade diante das fantasias sexuais redespertadas por essa travessia rumo a uma nova identidade, que desaloja o sujeito, muitas vezes desagradavelmente, da posição infantil. Edição atraente e criativa convida à exploração do tema em suas múltiplas possibilidades.

UM MOSAICO DA DEPRESSÃO – DOS SUJEITOS SINGULARES AOS TRANSTORNOS UNIVERSAIS

Maria Lopes Facó, São Paulo, Editora Escuta, 2008, 143 páginas, R\$ 29,00.

INTERNET: www.editoraescuta.com.br
TELEFAX: (11) 3865-8950 / 3672-8345 / 3675-1190

Este livro lida com a indagação sobre como é concebida uma classificação diagnóstica em psiquiatria, face às inúmeras inquietações que o diagnóstico psiquiátrico suscita na clínica e na sociedade em geral. A análise dos paradigmas que dão embasamento às diversas classificações das doenças mentais é realizada com o objetivo de assinalar algumas importantes considerações e possíveis pontos de discussão entre a chamada “psiquiatria biológica e a Psicanálise, enfatizando a categoria diagnóstica da depressão.

PSICODRAMA BRASILEIRO – HISTÓRIAS E MEMÓRIAS

Organizado por Júlia Maria Motta Casulari, São Paulo, Editora Ágora, 2008, 215 páginas, R\$ 41,70.

INTERNET: www.gruposummus.com.br
TELEFONE: (11) 3872-3322

O livro aborda a chegada do psicodrama nas diversas regiões brasileiras, a resistência à ditadura militar, a criação da FEBRAP e da Revista Brasileira de Psicodrama, os congressos bianuais, os precursores desse trabalho e a influência de outras áreas do conhecimento sobre eles. Reúne a mais ampla pesquisa já feita a respeito desse campo no Brasil. É fruto do esforço de diversos profissionais, entre eles Wilson Castello de Almeida e Devanir Merengué, que pesquisam ou compartilham suas memórias.

CUIDADO PATERNO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA

Adelma Pimentel, São Paulo, Editora Summus, 2008, 102 páginas, R\$25,90.

INTERNET: www.gruposummus.com.br
TELEFONE: (11) 3872-3322

O objetivo da obra é fazer um contraponto entre o cuidado e a violência praticados pelo pai no âmbito doméstico. A autora analisa um caso real de violência paterna e, partindo desse fato concreto, utiliza referenciais gestálticos para abordar a violência intrafamiliar e oferece sugestões para preveni-la. Interlocuções entre o tema e panoramas acerca da manifestação da violência contra a mulher e os filhos são utilizados com o intuito de elaborar um modelo ideal de cuidado paterno. Segundo a autora, “Esse é um tipo de violência que pode repercutir no desenvolvimento emocional, cognitivo ou social de uma criança, especialmente quando é provocada pelo cuidador consanguíneo”.

PSICOLOGIA CULTURAL DA MÍDIA

Giuseppe Mininni (Tradução de Mario Bresighello), São Paulo, A Girafa Editora e Edições Sesc SP, 2008, 232 páginas, R\$35,00.

INTERNET: www.lojasescsp.org.br
TELEFONE: (11) 2607 8100

Um estudo sobre as várias manifestações da mídia a respeito de sua discutida capacidade de influenciar leituras e interpretações da realidade. Partindo da perspectiva da Psicologia Social, esta obra apresenta uma abordagem interdisciplinar de assuntos extremamente atuais, procurando responder e aprofundar uma questão crucial: se as representações difundidas pela mídia são um reflexo da realidade ou contribuem para construí-la. Assim, são abordados tópicos como a psicologia da, para e na mídia; e aspectos psicossociais da mídia em âmbitos como a TV, a vida privada, a publicidade, notícias, diversão e Internet.

INTERAÇÕES SÓCIOPROFISSIONAIS E ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO

Leandro Queiroz Soares, São Paulo, Casa do Psicólogo, 2008, 286 páginas, R\$58,00.

INTERNET: www.casadopsicologo.com.br
TELEFONE: (11) 3034-3600

A revisão da literatura e a explicitação dos conceitos adotados são postos em perspectiva com os dados empíricos coletados, tratados e analisados. O estilo do autor facilita a leitura. Os personagens fazem o livro se assemelhar a uma crônica em que as interações socio-profissionais mostram as distintas situações de assédio moral no trabalho. A discussão dos dados permite apontar um conjunto de recomendações visando superar os problemas constatados.

ASSEDIO MORAL/ ORGANIZACIONAL

Lis Andrea Pereira Soboll, São Paulo, Casa do Psicólogo, 2008, 374 páginas, R\$46,00.

INTERNET: www.casadopsicologo.com.br
TELEFONE: (11) 3034-3600

Partindo da pesquisa sobre relação entre assédio moral e organização do trabalho, a autora aprofunda a reflexão, e permite que os textos deste livro, ao serem discutidos pelos atores sociais – trabalhadores, representantes sindicais ou de empresas, profissionais da saúde ou área jurídica – colaborem para o reconhecimento social da violência psicológica que permeia a organização do trabalho e possam desenvolver ações de combate a essas práticas.

PSICANÁLISE E EDUCAÇÃO - CONSTRUÇÃO DO VÍNCULO E DESENVOLVIMENTO DO PENSAR

Margarida Azevedo Dupas, São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 2008, Coleção Cultura Acadêmica, 128 páginas, R\$26,00.

INTERNET: www.editoraunesp.com.br
TELEFONE: (11) 3242-7171

A questão central deste trabalho é discutir como a Psicanálise pode contribuir com a Educação no processo que vai da imaturidade à maturidade, construindo vínculos e diminuindo agravos. Sua fundamentação está no pensamento de Sigmund Freud como teoria, método terapêutico e de investigação do inconsciente, e principalmente nas idéias de Wilfred Bion sobre o vínculo entre pensamento e emoção.

ERA UMA VEZ... NA ENTREVISTA DEVOLUTIVA

Silvana Sinattolli, São Paulo, Editora Casa do Psicólogo, 2008, 170 páginas, R\$34,00.

INTERNET: www.casadopsicologo.com.br
TELEFONE: (11) 3034-3600

A psicóloga Silvana Sinattolli nos apresenta a utilização inédita de histórias como recurso transicional na entrevista devolutiva com pacientes atendidos em clínicas-escola no estado de São Paulo. É uma obra de quem possui vasta experiência clínica e acadêmica. A autora trabalha numa abordagem winnicottiana, em que a criatividade é privilegiada. A obra contribui com a formação dos novos profissionais psicólogos.

PSICOLOGIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA. INTERFACES E PERSPECTIVAS

Organizado por Ana Cortegoso e Miguel Gambelli Lucas, São Paulo, Editora Casa do Psicólogo, 2008, 268 páginas, R\$54,00.

INTERNET: www.casadopsicologo.com.br
TELEFONE: (11) 3034-3600

Coletânea de trabalhos apresentados no II Congresso Brasileiro de Psicologia Ciência e Profissão (São Paulo, 2006), pelas 17 entidades que compunham o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira. Esta publicação é resultado do encontro entre pesquisadores e profissionais que têm na economia solidária seu objeto de trabalho ou de estudo.

A seção Estante é feita em parceria com a Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia (BVS - PSI).
Mais informações no endereço: www.bvs-psi.org.br.



estatuto do idoso avança com dificul

Cinco anos depois de sua criação, o Estatuto contabiliza conquistas, mas ainda avança. Para a psicóloga e coordenadora do Grupo do Envelhecimento do Conselho Federal de Psicologia, Christina Veras, “as políticas são exercidas e as soluções são lentas e insuficientes para a complexidade do problema”.

O Estatuto do Idoso completa cinco anos em outubro deste ano. Outubro será também o mês no qual deverá se realizar a II Conferência Nacional da Pessoa Idosa. O evento visa avaliar a constituição da Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa, principal desafio a ser vencido pelas organizações sociais e pelos órgãos públicos ligados à questão. Entre os temas que ali serão tratados, encontram-se a saúde da pessoa idosa; a violência e os maus tratos; o direito à educação, cultura, esporte e lazer e o financiamento e orçamento público para a efetivação desses e outros direitos.

A criação do Estatuto do Idoso tem como pano de fundo o crescimento da população com mais de 60 anos no Brasil. Dados do IBGE (2006) mostram que o número de idosos chegou à casa dos 19 milhões, cerca de 10% da população total. Estima-se que, até 2025, esse número deverá ser superior a 32 milhões. Entre os idosos, o grupo de pessoas com mais de 75 anos passou de 23,5%, em 1996, para 26,1% em 2006. Esse crescimento é, em grande parte, atribuído aos avanços da medicina, que possibilita oferecimento de melhores condições de saúde à população. Mas os fatores sócio-econômicos também são importantes.

Eles ajudam a explicar, por exemplo, porque as pessoas brancas são maioria entre os idosos, com 57,2%, contra 41,6% de pretos e pardos, de acordo com a classificação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Outro dado significativo é a melhoria de renda dos idosos. Hoje, sete em cada 10 brasileiros recebem benefício da Previdência Social e cerca de 6 milhões continuam trabalhando após os 60 anos.

Esse envelhecimento da população brasileira, associado à luta dos movimentos sociais por uma legislação que protegesse e garantisse direitos aos idosos, foi ingrediente fundamental na criação do Estatuto do Idoso. Desde a sua instituição, pela promulgação da Lei

10.741, de 10 de outubro de 2003, uma série de avanços foi registrada nesse campo. A gratuidade no uso de transportes públicos, a disponibilidade de caixas especiais nos bancos e descontos em atividades culturais e de lazer são alguns exemplos concretos do dia-a-dia. Além disso, e no mesmo espírito do Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto do Idoso reforçou uma visão de cidadania.

Ainda assim, a lacuna entre o real e o preconizado em lei ainda é enorme. Uma parte dessa situação pode ser atribuída ao pouco tempo de existência do Estatuto. Outra, contudo, pode estar ligada à falta de empenho político no trato da questão.

“As questões sociais dos idosos brasileiros vêm sendo colocadas em segundo plano”, avalia Christina Veras, coordenadora do Grupo de Trabalho de Envelhecimento do Conselho Federal de Psicologia (CFP). Segundo ela, os instrumentos legais não têm sido efetivamente implementados, as políticas são exercidas de forma tímida e as soluções são lentas e insuficientes para o tamanho e a complexidade do problema. “O envelhecimento populacional tem se mostrado, ao longo dos últimos anos, acelerado e desigual nas diferentes regiões do país; sem uma preocupação mais séria com a questão do idoso, as diversas formas de violência atualmente existentes tenderão a se agravar.”

O sistema Conselhos tem considerado a inserção da Psicologia nas Políticas Públicas para a pessoa idosa como imprescindível. “O envelhecimento demográfico e o aumento da longevidade carecem da atenção da Psicologia, que está diretamente comprometida com a qualidade de vida e com o cuidado com a vida”, afirma Christina. Por conta disso, um amplo conjunto de ações foi estabelecido pelo CFP para ocorrer ao longo desse ano. Entre elas está a realização do Seminário Nacional sobre Psicologia e a Questão do Idoso; a realização de um debate *online* sobre a temática do envelhecimento e a promoção de um mapeamento dos psicólogos que trabalham com a questão.

AS PROPOSTAS

No Estado de São Paulo, a implantação de políticas para a pessoa idosa está a cargo da Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social (SEADS), que conta para isso com o plano denominado *Futuridade*. Entre seus objetivos estão a articulação de ações e serviços visando a construção e o fortalecimento de uma rede de atenção à pessoa idosa; o estímulo aos governos municipais e à sociedade civil para atuarem ativamente na área; e a formação de profissionais que atuam junto ao idoso, levando em conta suas características e necessidades específicas.

O *Futuridade* está dividido em dois eixos; um, com ações voltadas para a educação e outro, para ações nos municípios. No primeiro caso, encontram-se iniciativas tais como a inclusão do envelhecimento como tema transversal no Ensino Médio e a realização de cursos de informática com a participação de alunos do Ensino Médio. No segundo caso, está a estruturação de uma rede de atenção à pessoa idosa nos municípios – englobando equipamentos como os centros-dia, as repúblicas de idosos e as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) – e a formação de profissionais que lidam, direta ou indiretamente, com idosos.

De acordo com Carlos Lima Rodrigues, psicólogo e coordenador do *Futuridade*, o plano estadual segue, conceitualmente, as diretrizes do Estatuto do Idoso e de outros referenciais na área como o Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento. O grande desafio, segundo ele, é concretizar essas propostas. “Esse é um processo lento, que depende de uma série de fatores. Pela Constituição Brasileira, cabe aos municípios a construção e a manutenção dos equipamentos para dar atenção ao idoso. O que o Estado pode e se

idade

do Idoso
de forma lenta.
de Trabalho
Psicologia,
de forma tímida
o tamanho e a



DE AÇÃO DO FUTURIDADE

propõe a fazer é dar estímulos às prefeituras e organizações não governamentais que atuam nesse segmento e prestar um serviço de consultoria, no sentido de aproveitar melhor os recursos já existentes.”

Rodrigues toma os centros-dia como exemplo. “Digamos que um filho precise trabalhar e não tenha com quem deixar a mãe, que é doente e depende de outros para tomar os remédios ou ir ao banheiro. Em um caso como esse, no qual não existe uma dependência muito severa, a mãe poderia passar o dia no centro-dia, onde estará cuidada por profissionais, e ser apanhada pelo filho no final da tarde.”

Em alguns municípios, como o de Praia Grande, no litoral paulista, houve uma experiência que Rodrigues considera exemplar. “Ali, um centro-dia foi montado no mesmo terreno no qual funciona um centro de convivência, isto é, um espaço no qual os idosos podem realizar uma série de atividades de cultura, lazer e cidadania. Essa proximidade permite que os usuários do centro-dia participem dessas atividades e aproveita a estrutura física e de pessoal para prestar serviço”, diz. São práticas desse tipo que o *Futuridade* quer ajudar a implantar.

Outra aposta do *Futuridade* é estimular a formação de equipes de agentes para fazer visitas regulares a idosos. “Às vezes você tem uma pessoa idosa, que vive sozinha e não tem problemas mais sérios de saúde, mas que depende de outros para ir a um médico ou fazer compras na feira. Um agente devidamente treinado pode dar essa atenção”, diz Carlos Rodrigues. Paralelamente, podem ser oferecidos treinamentos para “familiares-cuidadores”, que fariam o papel similar ao desses agentes.

Para Rodrigues, o ponto mais delicado no atendimento ao idoso são as Instituições de Longa Permanência para Idosos, as ILPI. Segundo ele, há cerca de 200 dessas instituições conveniadas no estado de São Paulo e um número desconhecido de instituições clandestinas nas quais, não raro, se verificam cenas de violência extrema, com idosos amarrados a leitos ou simplesmente abandonados.

“Uma das dificuldades das ILPIs é o fato de ser um equipamento híbrido, isto é, que está na esfera da Saúde e da Assistência Social”, comenta Rodrigues. Segundo ele, o que existe, em muitos casos, é um leito hospitalar. “Acredito que as ILPIs são necessárias, mas penso que é preciso reavaliá-las e repensar seu funcionamento, caminhando, por exemplo, na direção de equipamentos menores, com padrões de atendimento bem definidos”, afirma.

INSPEÇÃO MOSTRA SITUAÇÃO DE ABANDONO

Um relatório do Conselho Federal de Psicologia e da Ordem dos Advogados do Brasil apontou a situação de abandono em que se encontram os idosos abrigados nas Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs). Foram feitas inspeções em 22 dessas unidades, sendo 18 delas privadas, em um total de 12 estados. A iniciativa mostrou casos de superlotação em dez dessas unidades, com quatro idosos ocupando um único quarto; falta de qualquer atividade de lazer em 11 das unidades e funcionários em quantidade insuficiente. As inspeções mostraram que muitas destas instituições são depósitos de idosos abandonados, sem família ou contato com a comunidade. Um levantamento está em curso visando identificar o número de asilos no país. O número mais recente dava conta da existência de mais de 2.800 instituições. ●

→ direitos humanos

pelo fim da violência

Posicionar-se contra a prática de violência na repressão a movimentos sociais; nos locais de prisão e de isolamento; nas instituições; e contra manifestações de intolerância à diversidade cultural, sexual e racial. Estes são os quatro eixos da Campanha Nacional de Direitos Humanos dos Conselhos de Psicologia para 2008, definidos por representantes das Comissões de Direitos Humanos dos Conselhos Regionais e do Conselho Federal.

A adoção dos eixos temáticos é uma das novidades deste ano, explica a coordenadora da Comissão de Direitos Humanos dos CRP SP, Maria Auxiliadora Almeida Cunha Arantes. “Até agora, as campanhas eram feitas sobre uma temática única. Essa nova forma permite estabelecer um denominador comum entre os temas apresentados, que é a violência, e, ao mesmo tempo, dá aos Conselhos Regionais flexibilidade para colocar ênfase nas questões mais sensíveis e mais vulneráveis em sua região.”

A partir de 2000, os eixos das Campanhas de DH foram:

“**MANICÔMIO JUDICIÁRIO: O PIOR DO PIOR**”
Medida de segurança não pode ser prisão perpétua(2000);

“**PARA NOSSAS CRIANÇAS, NEM CADEIA NEM CAIXÃO**”
Pela aplicação integral do Estatuto da Criança e do Adolescente (2001);

“**O PRECONCEITO RACIAL HUMILHA, A HUMILHAÇÃO SOCIAL FAZ SOFRER**” (2002);

“**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA! POR UMA ESCOLA-MUNDO ONDE CAIBAM TODOS OS MUNDOS**” (2003/2004);

“**O QUE É FEITO PARA EXCLUIR, NÃO PODE INCLUIR! PELO FIM DA VIOLÊNCIA NAS PRÁTICAS DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE!**” (2005/2007).

O posicionamento explícito contra a prática de violência na repressão aos movimentos sociais representa uma ampliação das preocupações dos psicólogos em relação à sustentação da liberdade de expressão e de manifestação, essenciais à construção da democracia, e possibilita a construção de novas parcerias, por exemplo, em relação à luta pela terra e pelo território. Esse compromisso dos psicólogos com os movimentos sociais ficou evidenciado na proposta de campanha deste ano, da mesma forma que o eixo contra manifestações de intolerância à diversidade cultural, sexual e racial.

Ações no CRP SP, visando levar o debate sobre os temas da campanha, deverão ser definidas em breve. Ainda assim, Maria Auxiliadora destaca que, ao longo deste ano, no qual se realizam conferências regionais e estaduais de Direitos Humanos, preparando a conferência nacional prevista para dezembro, já foram realizados eventos que fortalecem os eixos da campanha. “O que esperamos, a partir de agora, é alcançar uma articulação maior das ações, garantindo o impacto e a visibilidade da campanha em todo o país.”

Especialização Profissional em Acupuntura

Atende a todas as exigências de qualidade da Sociedade Brasileira de Psicologia e Acupuntura – SOBRAPA que em convênio com o Conselho Federal de Psicologia certifica a especialização em acupuntura do profissional psicólogo. Carga horária total de 1200h/a.

Objetivo: Inserir o profissional no sistema integrado de teoria, princípios e técnicas da Medicina Tradicional Chinesa, especificamente a Acupuntura, sua aplicação no tratamento e prevenção de desequilíbrios.

Informe-se sobre supervisão com prática clínica para psicólogos acupunturistas. (início em setembro)



Inscrições abertas
Vagas limitadas
Início:
março de 2009

Mais informações: Instituto de Psicologia e Acupuntura Espaço Consciência
(CRPSP PJ 2557 CNPJ 05.194.742/0001-19)
Telefone: 11 2604 3367 ou 3571 9502; Rua: Cuiabá, 229 – Mooca - São Paulo – SP
Site: www.psicologiaeacupuntura.com.br

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICOLOGIA ANALÍTICA (SBPA)

MEMBER OF THE INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR ANALYTICAL PSYCHOLOGY (IAAP)

**CURSO DE FORMAÇÃO DE ANALISTAS
IX TURMA – SBPA
CONCURSO DE SELEÇÃO**

Inscrições: 01.10.2008 a 06.02.2009

Consulte o site para informações sobre pré-requisitos e documentação necessária para inscrição

www.sbpa.org.br

Sede: Rua Dr. Fláquer, 63 – Paraíso – São Paulo-SP
Informações: tel (11) 2501-4859 / 2501-4860

ANUNCIE NO JORNAL PSI

(11) 3061-9494

IPESP
INSTITUTO PAULISTA DE PSICOLOGIA,
ESTUDOS SOCIAIS E PESQUISA
CRP PJ 06/2686 CNPJ 05.469.707/0001-65
EPSP Escola de Psicologia de São Paulo

* CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO PARA PSICÓLOGOS (2 ANOS)
Psicoterapias Psicodinâmicas de base winnicottiana

* CURSOS DE EXTENSÃO PARA ESTUDANTES E PROFISSIONAIS DAS ÁREAS DA SAÚDE E EDUCAÇÃO (2 OU 4 MESES)

Coord.: Prof.Dr.Joaquim Gonçalves Coelho Filho – CRP06/35761

Consulte Programas dos Cursos
www.ippesp.com.br

EPSP Escola de Psicologia de São Paulo
Rua Luis Góis, 1185 - 04043-300 - Metrô Santa Cruz
PABX 5594.1226

NÚCLEO DE ESTUDOS EM SAÚDE MENTAL E PSICANÁLISE DAS CONFIGURAÇÕES VINCULARES

- CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
- COORDENAÇÃO DE GRUPOS E GRUPOTERAPIA

CRENCIADO PELO CFP

www.nesme.com.br

INSCRIÇÕES ABERTAS

Coordenação:
Ernesto Raul Duvidovich (CRP06/7745) e Walkiria Del Picchia Zanoni (CRP06/5039)

Início: 31/03/09 e 1º/04/09 • **Duração:** 3 anos
Horários: 3ª feira: 19h30 às 22h30h ou 4ª feira: 9h às 12h e 4ª feira: 18h às 21h

Informações pelos telefones: 11 3864-2330/3865-0017 ou cep@centropsicanalise.com.br
www.centropsicanalise.com.br

Especialização em Psicologia nas Organizações, Processos de Trabalho e Gestão

Primeiro Curso Credenciado para obtenção do Título de Especialista em Psicologia Organizacional e do Trabalho na Região Sudeste.

Dia e horário: sábado e domingo (mensal) das 9:00 às 18:00h
Duração: 21 meses

Carga Horária: 568 h (teoria e supervisão de estágio)
Mensalidade: R\$ 310,00

Inscrições e informações pelo telefone (12) 3921-8680
contato@cadepsi.com.br

Coordenadora: Profª MS. Edna Maria Videira - Mestre em Psicologia Social - UNIMARCO, área de concentração Trabalho; Coordenadora de Grupo Operativo; Especialista em Recursos Humanos pela FGV; Consultora em gestão e pessoas, análise de potencial, orientação de carreira e Coach.

Conheça nossa programação e serviços
www.cadepsi.com.br

Rua Benedito da Silva Ramos, 431
Jd. Esplanada - São José dos Campos-SP

INSTITUTO DE TERAPIA COGNITIVA
Av. Fagundes Filho, 145 - Conj. 131/132 - São Paulo/SP
TEL: (11) 4083.2555 | Site: www.itcbr.com

CURSO INTENSIVO:
Introdução à Terapia Cognitiva
Aberto a Profissionais de Saúde, Saúde Mental e áreas afins, bem como a estudantes e residentes, sem pré-requisitos. Objetiva apresentar a Terapia Cognitiva como um sistema de psicoterapia, seu modelo de psicopatologia, seu modelo clínico aplicado, bem como sua aplicação no tratamento e prevenção de transtornos psicológicos.
• Carga horária: 24h
• Dias 14, 15 e 16 de novembro de 2008

CURSO:
Especialização em Terapia Cognitiva
Curso credenciado pelo CFP - Conselho Federal de Psicologia. Equipe docente altamente qualificada, com especialistas reconhecidos em suas áreas, possibilitando aos participantes completarem no Brasil sua especialização em nível equivalente ao dos mais reconhecidos centros internacionais de treinamento em Terapia Cognitiva.
• 506h para Psicólogos
• Novas turmas em março de 2009

o papel do **sindicato**

O setor de Orientação do CRP SP recebe um grande número de consultas sobre questões que são da competência do Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo (SinPsi). Em 2007, de um total de 5.702 consultas, 382 versavam sobre alguma questão de caráter sindical. Na reportagem a seguir, o jornal PSI procura esclarecer aspectos referentes à atuação do sindicato e apresenta respostas para algumas das perguntas mais frequentes.

O Sindicato dos Psicólogos é responsável pela defesa dos interesses da categoria, empenhando-se, em especial, na luta por melhores condições de trabalho e remuneração. Faz isso ao mobilizar a própria categoria e, acumulando forças, negociar. A negociação é uma prerrogativa dos sindicatos, amparada na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Vale notar que o resultado das negociações beneficia o conjunto dos profissionais, sindicalizados ou não. Para o presidente do SinPsi, Rogério Giannini, esse fato, contudo, não pode diminuir a importância de se filiar. “A filiação aumenta a representatividade do sindicato e garante sustentação às reivindicações”, garante. Ainda segundo ele, o fato de os psicólogos estarem presentes em muitas áreas de atuação torna mais complexo o processo de negociação, pois envolve o setor privado e público, empresas, autarquias, gestores estaduais e municipais. “Nesse sentido, a tarefa do Sindicato dos Psicólogos se mostra mais complexa que a de sindicatos como o de metalúrgicos, bancários, comerciários e outros”, afirma.

O SinPsi foi criado há 35 anos. Em 1979, um grupo de psicólogos deu início a gestões independentes e combativas, a exemplo do que acontecia em todo o país e particularmente no ABC paulista. Esse impulso levou à organização da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que contou com a participação efetiva do SinPsi. Dentro da CUT, o SinPsi se organiza no Ramo da Seguridade Social. A entidade nacional é a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS), a estadual é a Federação dos Trabalhadores em Seguridade Social (FETSS). Para Giannini, estar ligado a entidades que representam diversos ramos é uma ação de mão dupla: “Isso fortalece o movimento sindical mais amplo e permite articular outras categorias para lutar por questões específicas dos psicólogos”, enfatiza.

SINDICATO CIDADÃO – Giannini destaca que a atuação do SinPsi vai além das questões corporativas. “Um sindicato com a nossa história, representando quem representa, precisa ser, também, um sindicato cidadão. Isto significa agir na defesa das políticas públicas essenciais, como saúde, educação, segurança e na participação nas diversas esferas do controle social e em espaços da sociedade que se opõem a todas as formas de violência e discriminação”, defende Giannini. O SinPsi, segundo ele, entende que a participação do conjunto da categoria nessas diversas frentes é fundamental para a valorização profissional e para o reconhecimento social da Psicologia como ciência e profissão fundamental para a melhoria da qualidade de vida.

Entre as questões consideradas prioritárias pelo sindicato, na atual conjuntura, está a necessidade de se estabelecer a jornada máxima para 30 horas semanais. Outra questão é a relação dos psicólogos com os planos de saúde a partir da normatização da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que estipulou a obrigatoriedade de no mínimo 12 consultas/ano de psicoterapia. Neste último caso, Giannini aponta duas grandes questões: a forma de credenciamento dos profissionais com a exigência de que se tornem PJs (Pessoa Jurídica) e, o que está correlacionado, os baixos valores por sessão oferecidos. “O SinPsi está reestruturando todo seu departamento jurídico para dar conta dessas questões. Em nossa decisão, quem negocia, com PJ ou não, é o sindicato, e vamos buscar formas jurídicas e políticas que respaldem essa tese.”

CONTATOS COM O SINPSI

Endereço: R. Arruda Alvim, 96 | 05410-020 | São Paulo, SP

Fone/fax: (11) 3062-4929 | **Site:** www.sinpsi.org | **E-mail:** sinpsi@sinpsi.org

PERGUNTAS E RESPOSTAS

Veja a seguir os esclarecimentos do SinPsi às principais questões sindicais levantadas pelos psicólogos nos contatos com o CRP SP.

Existe um piso salarial para a categoria?

Não existe um piso geral. O que temos é um piso para os psicólogos de clínicas e hospitais privados e filantrópicos, que está em torno de 1.500 reais. No âmbito do SUS, temos tentado, juntamente com outros sindicatos, estabelecer jornada e piso, mas há grande resistência, principalmente dos secretários de Saúde dos municípios e estados. Em média, como constata o Dieese, a remuneração dos psicólogos tem aumentado, passando de 1.600 para 1.800 reais no estado de São Paulo em 3 anos.

Há jornada de trabalho especial para o Psicólogo?

Não, em geral o contrato regido pela CLT estabelece 44 horas semanais e dos trabalhadores públicos não celetistas 40 horas semanais. O SinPsi tem feito negociações em diversos municípios e conseguido reduzir a jornada para 30 horas semanais no máximo. O projeto de lei de 30 horas que tramitou durante anos no Congresso saiu da pauta em 2003. É urgente um novo projeto que verse exclusivamente sobre jornada.

Quais as contribuições sindicais pagas pelo psicólogo?

Há dois tipos. A primeira é a contribuição sindical, prevista pela CLT, que é obrigatória e corresponde ao valor de um dia de trabalho para todos os trabalhadores e, no caso dos profissionais liberais, um valor estabelecido pela entidade representativa. A segunda é a confederativa, que, para o SinPsi, é facultativa e seu pagamento efetiva a filiação do psicólogo e garante plenos direitos e deveres de sindicalizado, incluso o acesso a todos os serviços e convênios disponíveis.

Quais as perspectivas de ampliação do mercado de trabalho?

Há muitas áreas de atuação para o psicólogo, além das mais tradicionais. Somos profissionais preparados para atuar multiprofissionalmente e liderar equipes. As políticas públicas têm sido de grande importância para a criação de novos postos de trabalho. O SUS tem ampliado a oferta, principalmente nos programas ligados à saúde mental. Recentemente o SUAS, que é o Sistema Único de Assistência Social, tem ampliado o acesso da população a diversos recursos nessa área, e o psicólogo está na equipe básica junto com o Assistente Social. Os Planos de Saúde, com a nova regulamentação, também podem representar uma oportunidade, se formos capazes de enfrentar as dificuldades inerentes a esse tipo de atividade, como a baixa remuneração e a pressão pelo empobrecimento da qualidade dos atendimentos.

O Sindicato presta assessoria jurídica?

Sim, temos um escritório jurídico contratado que presta orientações, atua nos contenciosos trabalhistas e oferece tabelas de preços especiais aos sindicalizados para causas não trabalhistas. Nos litígios com as operadoras de saúde, o sindicalizado será plenamente assistido.

O Sindicato oferece algum tipo de plano de saúde?

É oferecida aos sindicalizados a possibilidade de acesso ao convênio Lumina Saúde (atual Samcil), Medial Saúde e, mais recentemente, a Sul América Saúde. São planos coletivos com preços mais competitivos. Importante salientar que as normas e regras dos convênios são estabelecidas por legislação específica para os Planos Coletivos e são regulados pela ANS.

O Sindicato atua em casos de assédio moral?

Quando os trabalhadores estão unidos e participam das lutas de seu sindicato, eles se fortalecem coletivamente frente aos conflitos com as chefias. Isso acaba inibindo o assédio e outras formas de perseguição. Uma boa luta sindical é a melhor vacina contra o assédio moral. Mas, sempre que ocorra qualquer abuso, é fundamental que o trabalhador recorra ao sindicato. Quem procura o SinPsi seguramente será amparado, tanto política como juridicamente. As relações desniveladas e fortemente hierarquizadas do mundo do trabalho são caldo de cultura para o aparecimento de muitas formas de desrespeito à dignidade humana e isso não pode ser tolerado.

movimentos sociais e psicologia

isso combina?

A psicanalista Maria Rita Kehl fala de sua experiência com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Marcados quase sempre pelo selo exclusivo de sua atuação política, os movimentos sociais parecem ter pouco a ver com o mundo da Psicologia. Essa ótica restritiva trabalha com a velha idéia de um militante engessado em suas convicções, nas quais não há espaço para o subjetivo. O olhar sobre a realidade brasileira atual mostra, entretanto, que os dois campos vêm ganhando áreas de intersecção, e que têm o que dizer um ao outro.

Exemplo expressivo para apoiar a tese é a experiência da psicanalista Maria Rita Kehl e sua relação profissional com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST. Há dois anos e meio ela realiza trabalho de atendimento, em um plantão quinzenal, dividido com outra psicanalista, na Escola Nacional Florestan Fernandes. A Escola, situada no município de Guararema, a 80 quilômetros de São Paulo, é um centro de educação dos integrantes do MST, que mantém convênios com universidades e intercâmbio com alunos de outros países latino-americanos.

Para saber como ela percorreu esse caminho, é preciso retomar o curso sobre sociedade brasileira no qual ela proferiu duas palestras, em 2006. E registrar sua impressão sobre a participação dos alunos nos debates de temas a que tem se dedicado, como a sociedade do espetáculo, a televisão, o fetichismo da mercadoria ou a alienação. Da atenção mútua surgiu a candente indagação feita por dirigentes da Escola: a Psicanálise pode ajudar a militância? “Eu disse que a Psicanálise não formava militantes, nem tem teoria que possa ser aplicada à ação política, mas que o entendimento psicanalítico serve a qualquer sujeito, militante ou não”, recorda.

QUESTIONAMENTOS – Para os profissionais da área, uma outra pergunta parece, por sua vez, imperativa frente a esse trabalho. O que há de específico no atendimento psicológico a pessoas de um movimento com o perfil do MST? A atuação política, a mudança constante, a possibilidade permanente de embate com organismos policiais trazem implicações particulares para suas vidas?

Ela destaca, inicialmente, o fato de que, independentemente da estrutura psíquica, essas pessoas têm um projeto de vida que não é individual – comprar um carro, uma casa, mudar de emprego – mas, sim, coletivo. “Não que isso torne as coisas mais fáceis para eles: os conflitos existem, não só com os poderes, mas também entre eles. Há disputas internas, conflitos de interesses, invejas e ciúmeiras, como em qual-

quer agrupamento humano. Mas a pertinência a um movimento social muito organizado, no qual os ideais e a lei simbólica estão muito bem sustentados pela coletividade, libera os sujeitos de uma boa parte do desgaste psíquico de terem que resolver, sozinhos, todas as pequenas questões da existência”, avalia.

A partir dessa realidade, ela identifica desdobramentos no âmbito da clínica. “Descobri que, quando a pessoa está amparada, o sujeito (do inconsciente) se manifesta com mais liberdade e as mudanças produzidas em análise são muito mais rápidas. Vários dos entraves do trabalho analítico na clínica particular, como questões narcísicas, dúvidas intermináveis sobre escolhas de destino e o alto valor atribuído aos episódios da vida amorosa são praticamente irrelevantes nessa situação”, considera.

Pedagogia e ações culturais são outras faces da comunidade da Escola que chamaram a atenção da psicanalista. A ENFF recebe alunos de todo o país, o que gera um clima constante de troca. O valor atribuído à formação, salienta, se traduz na diversidade de cursos, não apenas voltados para a questão agrária, mas também para literatura, cinema e outras manifestações culturais. Isso ocorre em meio ao intercâmbio com alunos de outros países latino-americanos. Ou tendo como viés o contraponto entre a cidade e o campo. O encontro entre artistas do rap urbano e representantes da cultura rural, a que assistiu em um desses eventos, por exemplo, ganha dela a constatação de algo inovador: “muito interessante e produtivo”, diz. ●

um mergulho na cultura

Uma seqüência de encontros sobre cultura popular brasileira, nos quais os participantes pudessem receber não somente informações teóricas, mas também vivenciar a música, a dança, a comida, o cenário e outras manifestações. Essa foi a proposta que a psicóloga Magda Gebrim e uma equipe de colaboradores idealizaram e colocaram em prática, tendo como lastro a idéia de que a identidade das pessoas – origem, história – está sedimentada em sua cultura.

Durante um ano e meio, de julho de 2006 a dezembro de 2007, o projeto *Tardes Culturais: o Povo Brasileiro* foi realizado aos domingos, na Sala Crisantempo, na Vila Madalena, zona oeste de São Paulo. Os cerca de 50 participantes inscritos tinham em comum a militância política, em sua maioria, no movimento Consulta Popular, organização próxima ao MST, mas de atuação urbana.

O livro “O Povo Brasileiro”, de Darcy Ribeiro, e o documentário homônimo que ele gerou, da cineasta Isa Grinspum, sustentaram o eixo condutor do programa, dividido em dez partes. Lá estavam a matriz tupi, as matrizes

lusa e afro e os “Brasis” que elas produziram, crioulo, caboclo, sertanejo, caipira e sulino.

Ação voluntária e solidária, como enfatiza Gebrim, o projeto exigiu muitas horas de estudo e de preparação. E um grande número de telefonemas para a construção da grade de palestrantes e artistas. Antropólogos, geógrafos, músicos, artesãos, estudiosos da religião, cenógrafos e outros profissionais deram suas contribuições à empreitada. Dessa base, nasceram atividades sobre a formação da religiosidade, sobre a Amazônia, a cultura caipira do Sudeste e a formação histórica do Rio Grande do Sul.

Texto e documentário iniciavam os encontros, seguidos de expressões musicais e dança, com a condução dos colaboradores, entre eles nomes tradicionais da cena artística brasileira, como os músicos Antonio Nóbrega e Osvaldinho da Cuíca.

Ao final, petiscos servidos aos participantes ajudavam a percorrer um roteiro gastronômico, no qual não poderiam faltar o baião-

de-dois e o doce de caju, a castanha-do-pará, o suco de açaí, o pão de queijo e o bolo de fubá. Nesse quesito, as *Tardes Culturais* tiveram a participação dos usuários e profissionais do Centro de Atenção Psicossocial Itaim Bibi. Eles foram os responsáveis pela preparação dos pratos e serviços de atendimento, pelo Bar Bibitantã, projeto de geração de trabalho e renda da entidade.

Gabriel Sampaio, advogado e integrante da Consulta Popular, nota que o envolvimento das pessoas do CAPS Itaim foi um fator particular de valorização das atividades, o que contribuiu para dar ao projeto um saldo muito positivo. ●

